

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CINTIA MARIA TONCHAK

**PLANEJAMENTO ORIENTADO AO PÚBLICO DE MENOR RENDA COMO
CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS**

CURITIBA

2013

CINTIA MARIA TONCHAK

**PLANEJAMENTO ORIENTADO AO PÚBLICO DE MENOR RENDA COMO
CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS**

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Controladoria no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Bortolucci Espejo.

CURITIBA

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim, em minha capacidade de desenvolver um bom trabalho, aos meus pais e ao meu marido pelo carinho e compreensão nos momentos de dificuldade. E principalmente aqueles que nunca desistiram de mim, e sabiam que eu sairia vencedora.

Cintia Maria Tonchak

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar viva e mesmo diante de todas as dificuldades, conseguir realizar grandes sonhos graças a sua benção, e aos seus anjos acompanhando meus passos por onde quer que eu vá.

Agradeço também aos meus pais e ao meu marido por todo amor a mim dedicados.

Agradeço a todos os meus amigos e aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.

Aristóteles

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa feita sobre a nova linha de crédito que o governo brasileiro adotou: o microcrédito, com o intuito de fomentar a economia e ajudar os micro e pequenos empreendedores a melhorar as condições de seus negócios. O recurso disponibilizado vem de 2% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras segundo resolução 4.000 do Banco Central que regula e determina as normatizações para aquisição do crédito. Metodologicamente esta pesquisa é caracterizada como análise documental, onde foram analisados os resultados obtidos com base na pesquisa de clientes caracterizados como público alvo para o microcrédito. Os resultados das pesquisas vão de encontro aos objetivos do MPO, fomentar a economia local. Os números apontam para um número cada vez maior de pequenos e micro empreendedores surgindo, que desejam expandir seus negócios, para outras regiões, além de ficar comprovada a importância de se ter um produto voltado para este grupo que vem ganhando destaque na economia do país, e impulsionando o crescimento como um todo, conforme observado junto àqueles que tomaram os empréstimos e obtiveram sucesso e conseguiram sair da informalidade ou melhorando seu negócio.

Na parte de análise documental, são relatados diversos casos de sucesso, com diferentes áreas de atuação, e necessidades, mas com o mesmo resultado final, crescimento e geração de renda, baseados na modalidade de empréstimos com orientação durante todo o período da vigência do contrato, a fim de se evitar desperdício de oportunidades bem como manter o foco no desenvolvimento e crescimento traçados no início do projeto.

Palavras-chaves: orientação, fomento, desenvolvimento e crescimento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRAFICO 1- Percentual De Atividades. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.....	32
GRAFICO 2- Percentuais Profissionais MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.	32
GRÁFICO 3- Operação Do MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.....	37
FIGURA 1 – Ciclo Do MPO.FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.	40
GRAFICO 4 – Desembolso de MPO no PR. FONTE: BANCO DO BRASIL (2011).....	63
GRAFICO 5 – Orçado x Realizado MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL (2011).	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO1. Valor Médio Do Ticket. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.....	20
QUADRO 2. Histórico Do Microcrédito No Brasil. FONTE: BCB. 2010.....	23
QUADRO 3– Profissionais E Profissões Do MPO. FONTE: PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2010.	31
QUADRO 4 – Condicionantes. Fonte: Lei 11.110/ 05 E Resolução 3.422 De 2006.	38
QUADRO 5- Modalidades De Contrato. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.....	39
QUADRO 6 – Tópicos Para Análise Das Dificuldades. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Liberações Em Milhões.	19
TABELA 2 - Desembolso De MPO no PR	62

LISTA DE ABREVIATURAS

Ed. Edição

Art. – Artigo

p. - página

N. n. nº - número

(...) – texto que não foi citado, oculto

LISTA DE SÍMBOLOS

§ -parágrafo

@ - arroba

U\$ - Moeda Americana - dólar americano

R\$ - Moeda Brasileira – real

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema da pesquisa	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 NO MUNDO.....	17
2.1.2 No Brasil.....	20
2.1.3 O agente de Crédito	21
2.2 HISTÓRIA DO MICROCRÉDITO NO BRASIL	22
2.3 MICROCRÉDITO - CONCEITO.....	24
2.4 PARA QUEM É O MICROCRÉDITO	26
2.5 OBJETIVOS DO MPO	26
2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
2.7 O PROCESSO DE CRÉDITO DO MPO NO BANCO DO BRASIL	28
2.8 PÚBLICO ALVO	30
2.9 PROSPECÇÃO DE CLIENTES	35
2.10 VISITA	35
2.11 LINHAS, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:.....	37
2.12 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	38
2.13 MODALIDADES DE MICROCRÉDITO.....	39
Linha de crédito para investimento ou investimento fixo	39
Linha de crédito para capital de giro.....	39
Capital de giro associado ao investimento ou ao investimento misto	39
2.14 CONDICIONANTES DO MICROCRÉDITO	40
2.15 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO MPO	41
2.16 ORIENTAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRODUTIVA	42
2.17 ADIMPLÊNCIA	44
2.18 MONITORAMENTO.....	45
3 METODOLOGIA	45
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA – ANÁLISE DOCUMENTAL.....	45
3.1.1 Vantagens e Desvantagens da Análise Documental.....	47
3.1.1.1 Vantagens:	48
3.1.1.2 Desvantagens.....	48
4 ANÁLISE DOCUMENTAL	50
4.5 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS CASOS DO MPO NO BANCO DO BRASIL..	50
4.5.1 Caso 1	52
4.5.2 Caso 2.....	52
4.5.3 Caso 3.....	53
4.5.4 Caso 4.....	54
4.5.5 Caso 5.....	54
4.5.6 Caso 6.....	55
4.5.7 Caso 7	56
4.5.8 Caso 8.....	56
4.5.9 Caso 9.....	57
4.5.10 Caso 10.....	58

4.6 ANÁLISE FINANCEIRA DO MPO	61
5 CONCLUSÕES	64
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira vem passando por diversas mudanças durante os últimos anos, que estão fazendo com que o governo e grandes instituições financeiras do país mudem seu foco de atuação para outros públicos.

Com as mudanças no sistema financeiro nacional, os pequenos e micro empreendedores começaram a ver uma oportunidade de expandir e melhorar seus negócios.

Diante deste fato, sentiu-se a necessidade de criar uma linha de crédito voltada para este público que vem impulsionando a economia brasileira, os pequenos e micro empreendedores, tanto os que realizam suas atividades dentro das normas da Lei, quanto àqueles que vivem na informalidade.

Baseado em estudos e aplicações no exterior, o Brasil criou o MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – MPO, numa parceria com o Banco do Brasil. Para atender esta fatia de mercado, que deseja crescer e regularizar seus negócios, desde que tenham renda bruta anual entre R\$ 60 e R\$ 120 mil reais.

Este trabalho tem o objetivo de explicar a origem, como foi criado, os moldes brasileiros, experiências internacionais, dando destaque para a aplicação do produto sob o enfoque do Banco do Brasil, parceiro direto do governo na implantação deste programa.

O MPO, não deixa de ser um produto bancário e por isto deve passar pelos mesmos princípios de contratação de um produto qualquer do banco, porém com algumas ressalvas próprias da linha, que estão descritas no presente trabalho.

Além dos procedimentos legais e formais para a contratação da linha de crédito, será feita um estudo dos casos de sucesso, que adquiram o empréstimo e obtiveram o resultado esperado.

O objetivo da explanação deste tema, não é somente falar sobre o MPO, e como ele funciona, mas demonstrar através de estudos e números, o que já foi visto por muitas pessoas ao redor do mundo, que o público de menor renda se bem orientado pode contribuir de maneira significativa para o crescimento de um país e estimular a economia da comunidade local.

1.1 Problema da pesquisa

No Brasil existe um amplo rol de financiamentos para pequenas e médias empresas em todas as instituições financeiras do país, porém seu acesso é limitado a diversas condicionantes e requisitos que dificultam ou não permitem o acesso ao crédito para os pequenos produtores.

As altas taxas de juros cobradas pelo mercado, à capacidade de pagamento para arcar com a dívida, o faturamento anual e a posição no mercado, são os fatores que mais influenciam na contratação de empréstimos junto aos bancos, as grandes empresas que possuem solidez e estabilidade comercial e financeira, conseguem prosperar em seus negócios, pois os bancos fornecem crédito para investimento, uma vez que fica provada sua capacidade de arcar com a dívida através da sua credibilidade e histórico financeiro.

Em contrapartida inúmeras empresas tentam conseguir capital junto aos bancos e recebem uma resposta negativa por não se enquadrarem nos requisitos determinados por elas.

Grupo este composto pelas pequenas e micro empresas, que vem ganhando mercado cada dia mais e se destacando em diversos setores da economia e do comércio em geral, contudo o acesso ao crédito para que essas empresas possam crescer e expandir seus negócios ainda é muito limitado.

Daí surge à importância de se criar uma linha de crédito voltada para este público alvo em especial, para aqueles que estão começando e precisam de um voto de confiança.

Com isso o governo em parceria com o Banco do Brasil, criou o MPO, Microcrédito Produtivo Orientado, com o intuito de ajudar esses pequeno e micro empreendedores que já ocupam um espaço significativo da economia do país. A fim de ajudá-los nesta etapa inicial de nascimento e expansão dos negócios, para que venham a se tornar empresas lucrativas e não venham a falir com a grande maioria, por falta de recursos e orientação financeira.

O intuito deste trabalho é mostrar a relevância deste produto para os micro e pequeno empreendedores, e como ele pode ser um agente fomentador da economia e da sociedade em geral, suas condicionantes, sua evolução, os relatos de quem adquiriu a linha e obteve o retorno esperado, demonstrando para a sociedade a importância de se dar atenção aos menos favorecidos, investir em idéias novas e

arrojadas, negócios rentáveis e lucrativos, projetos com conteúdo, porém sem capital para investimento.

Ainda no sentido de mostrar os benefícios do MPO, o presente trabalho tem como objetivo deixar claro que o microcrédito é a moeda para novos negócios, e o caminho para fazer o país crescer de forma organizada e estrutura, é a ferramenta necessária para ajudar, motivar e incentivar todos aqueles pequeno e micro empresários que não tem acesso a crédito junto aos bancos, mas desejam mostrar a sociedade o valor do seu trabalho e do seu negócio, elevando assim a sua própria qualidade de vida, e a da comunidade onde está inserido.

Fazendo com que o MPO se torne conhecido entre o meio e seja tomado como pré-requisito básico para quem deseja regularizar, aumentar ou começar o seu negócio, de forma produtiva e orientada, como sugere o título da linha de crédito.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar como o microcrédito produtivo orientado pode gerar renda e ser um fator multiplicador na economia local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Especificar e descrever o conceito de microcrédito;
- ✓ Descrever o público alvo, modalidades e condicionantes para aquisição do crédito;
- ✓ Fazer levantamentos de pesquisa;
- ✓ Identificar formas de seleção de clientes para o MPO;
- ✓ Analisar o resultado da concessão de crédito para estes clientes;
- ✓ Compilar os dados de forma a demonstrar que o MPO gera renda e crescimento da economia.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho tem o objetivo de mostrar que a concessão correta do microcrédito, influencia a sociedade e todas as pessoas envolvidas neste círculo, pois o microcrédito não se limita apenas ao empréstimo de valores para àqueles que desejam regularizar ou expandir seus negócios, sua função principal é auxiliar o crescimento do país de forma orientada e produtiva, bem como sugere seu nome.

O MPO tem importância singular para os pequenos e micro empreendedores que desejam melhorar seus negócios, por isso a importância de se falar sobre o produto, e destacar na mídia e nos veículos de comunicação seus benefícios e resultados de quem foi alvo da concessão.

Muitas vezes este público alvo, ao constituir seu negócio, ou buscar informações para crescimento, não sabe desconhece que existe uma linha de crédito voltado para seu negócio.

Cabe ao Banco do Brasil, principal ator na execução do MPO, divulgar e captar os clientes em potencial para adquirir o microcrédito.

Por estes e outros motivos, dá-se a importância do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa do MPO. As pessoas, governantes, comunidades, empresas e todos que fazem parte da sociedade são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do local onde vivem e trabalham por isso saber e conhecer os recursos que o mercado financeiro dispõe para ajudar aqueles menos favorecidos é dever de todos.

O país vem passando por grandes transformações e seu crescimento tem sido observado nas classes baixas e até mesmo na faixa de pobreza, motivo que fez com o BANCO DO BRASIL juntamente com o governo desenvolvesse uma linha de crédito voltada para esta camada da população que não dispõe de recursos suficientes para crescer.

Saber sobre o MPO, o que ele faz quais as suas atribuições, permite que o produto atenda uma gama maior de clientes, além de estimular ao morador daquela região a comprar e utilizar os serviços dos pequenos e micro empreendedores que utilizam o microcrédito como fomentador do seu negócio, além de fazer a melhor propaganda para ambas às partes. Dessa forma o negócio do cliente prospera e mais pessoas e potenciais clientes para o MPO ficam sabendo dos seus benefícios, buscando assim mais informações sobre o produto em destaque para si próprio ou

para amigos, parceiros e outros pequenos produtores que ainda não conheçam o microcrédito e seus inúmeros benefícios.

A fonte das informações sobre o microcrédito é procedente do Banco do Brasil, da aplicabilidade do produto com clientes reais, e de estudos e cursos internos de preparação para funcionários sobre a linha.

E do livro *o Banqueiro dos Pobres*, do professor Yunus, considerado o pai do microcrédito, por seu projeto inovador aplicado na região da universidade de Bangladesh, em que lecionava, ficando conhecido no mundo todo, por emprestar dinheiro em seu próprio nome para ajudar as mulheres pobres da região.

A aplicabilidade do projeto se torna viável, pois demanda pouco custo, porém toma um tempo para análise do cliente e do seu negócio, além da necessidade de um tempo para o acompanhamento do desenvolvimento do negócio durante o período de vigência do contrato. Mas diante de todos os fatores, que serão analisados no desenvolvimento do trabalho, observa-se que o microcrédito se torna uma excelente opção para fomentar e estimular a economia, estimular, permitir o acesso aos serviços bancários dos menos favorecidos, tudo isto com baixo custo e taxas de juros baixas e facilidade de pagamento.

Elaborar este projeto permitiu verificar a importância de se olhar para as camadas mais baixas da sociedade, existem muitos profissionais com potencial, conhecimento, talento e experiência nas atividades que exercem, lhes faltam apenas os recursos para que seus negócios possam concorrer com outros no mercado, e serem respeitados e vistos como profissionais de valor.

A experiência de entrar em contato com estes pequenos empreendedores propicia uma visão e um conhecimento do funcionamento do mercado e de como a sociedade vê estes produtores. Observar pelos olhos do cliente como o mercado o trata e como ele é visto, permite que, entendamos as dificuldades que essas pessoas enfrentam para se manterem na ativa.

Projetos inovadores e criativos são gerados todos os dias por estas pessoas que se levados a sério e financiados com o microcrédito podem contribuir muito para o desenvolvimento próprio, da sociedade, da comunidade local e da economia como um todo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NO MUNDO

Para Yunus a história do microcrédito tem seu início no século XIX e está ligado aos pequenos empreendimentos e ao desejo de atender a população de baixa renda desde então. Com o surgimento de cooperativas de crédito na Europa que tinham como escopo ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir o crédito.

Até o ano de 1910, quase 1,5 milhões de pessoas foram atendidas pelas cooperativas de crédito na Alemanha, que expandiram sua influência pela Irlanda e Itália. O governo de Madras, no sul da Índia, implantou cooperativas de crédito no território, a partir de 1912, fundamentado no modelo alemão. Com base na pesquisa de Sandroni (1999) foi constatado que a rápida expansão dessas cooperativas foi notória, tanto que em 1946, elas já atingiam 9 milhões de pessoas.

Segundo ainda relato do autor, a modalidade Microcrédito Produtivo Orientado - MPO especificamente surgiu como estratégia na Alemanha em 1846 e fez parte da indústria Micro financeira que existia no país, neste período, para possibilitar o desempenho comercial de empreendedores, na maioria das vezes informais naquele momento histórico.

Na década de 1970, em Bangladesh - Ásia, o Microcrédito sofreu uma importante transformação e que obteve repercussão mundial como caso mais famoso da utilização do microcrédito no combate à pobreza: O Caso Muhammad Yunus, prêmio NOBEL da Paz em 2006. Incomodado com as teorias econômicas estudadas de forma teórica nas salas de aula das universidades e que não garantiam uma resposta adequada aos diversos problemas enfrentados na realidade do país, o professor de Economia da Universidade de Chittagong - Bangladesh, Muhammad Yunus, decidiu realizar um trabalho de pesquisa a fim de encontrar possíveis soluções para a miséria identificada e voltou sua atenção para as comunidades pobres ao redor da faculdade em que trabalhava, o qual deu origem ao livro O Banqueiro dos Pobres, publicado em vários países do mundo. (Banco do Brasil, 2011)

O professor Yunus descreve que realizou diversas pesquisas nas casas de famílias pobres, se sensibilizando pelo caso em especial de Sufia Begun, 20 anos,

mãe de três filhos, que fabricava tamboretes de bambu para sustentar a família. Ao observar o trabalho de Begun e como era o processo de comprar de matéria-prima até o processo de fabricação e venda dos tamboretes, constatou que Sufia obtinha um lucro de U\$0,02, após um dia de trabalho, com os quais alimentava a família, demonstrando a real dificuldade de escapar da miséria.

Dando continuidade a sua pesquisa, Yunus, verificou que o acompanhamento do ciclo de produção possibilitou identificar um círculo vicioso no processo de gastos produtivos que essa senhora não tinha como romper, já que o comprador dos tamboretes era o próprio fornecedor do bambu, influenciando diretamente no valor final do produto. Esta situação acontecia com quase todos os pequenos empreendedores da aldeia que pegavam dinheiro emprestado informalmente para comprar a matéria-prima do seu trabalho, com altas taxas de juros.

A partir dessa reflexão, Yunus constatou, após a realização da pesquisa nessa região, que 42 pessoas viviam endividadas com um empréstimo de U\$27, somadas todas as parcelas. O professor após a coleta desses dados se dedicou a encontrar uma forma de reverter essa situação, e resolveu emprestar ele mesmo a quantia, pois estas pessoas não tinham a mínima possibilidade de serem atendidas por um banco comercial tradicional.

Assim nascia o banco popular, a metodologia começou com a exigência do compromisso do reembolso quando o grupo estivesse em condições de fazê-lo. A proposta de Yunus obteve sucesso, já que todos os 42 devedores saldaram o compromisso.

O professor Yunus cita na década de 1970 conduziram a fundação do Banco Grameen, criado objetivando o fim da pobreza. Em 1997, esse banco atingiu a marca de 2,4 bilhões de dólares com empréstimos realizados para o atendimento a mais de 2 milhões de pessoas, constituindo-se em uma das instituições mais conhecidas em âmbito mundial.

Em estudos do Banco do Brasil sobre o microcrédito verificou-se que a partir daí, diversos casos semelhantes de programas de sucesso surgiram pelos países pobres e em desenvolvimento, podemos citar para exemplificação: LAPO (Life Above Poverty), Nigéria; SKS Microfinance, Índia (voltados para mulheres de zonas rurais, urbanas e semi-urbanas); Brac, Bangladesh, Índia, (também voltado para mulheres de populações pobres vinculadas a organizações de garantia solidária);

Minibanco, Peru (oferece desde empréstimos pessoais até empréstimos imobiliários e seu foco é voltado para o microempresário); ProDesarroll, Finanzas Y Microempresa, México; entre outros. (Banco do Brasil, 2011)

Concluindo suas pesquisas, o Banco do Brasil observou que o microcrédito gera muita renda pelo mundo, o número de liberação expresso em valores passa da casa dos milhões, conforme amostragem na tabela (LIBERAÇÕES EM MILHÕES), com destaque para a América Latina e Caribe, onde se encontra o Brasil, maior país do grupo, onde ocorrem o maior número de liberações e tomadores, países esses que atualmente tem ganhado espaço no mercado mundial, a economia vem crescendo dia a dia de forma significativa, o que nos leva a crer, que mais pessoas tem saído da informalidade e conseguir, além de satisfazer suas necessidades, investir em um pequeno negócio, contribuindo assim para o crescimento do país como um todo. Estes dados foram informados pelo Banco do Brasil, para as liberações até outubro de 2011, tanto para pessoa física quanto a jurídica.

TABELA 1: Liberações Em Milhões.

Pessoa	Negócio	Desembolso (R\$ Milhões)	Qtde Operações	Ticket Médio
PF	Informal	20,48	7.321	2.797,96
PF Total		20,48	7.321	2.797,96
PJ	EI	2,96	889	3.325,65
	Microempresa	20,98	2.627	7.988,25
PJ Total		23,94	3,516	6.809,34

FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

O valor do ticket mencionado na tabela representa o valor das vendas, pelo total de clientes atendidos, conforme SEBRAE(2012).

Uma ferramenta adequada para que os empresários de micro e pequenas empresas consigam mensurar a eficiência do negócio é o ticket médio, que consiste na equação: o valor total de vendas dividido pelo número total de clientes atendidos (em determinado período). Se uma loja vendeu R\$ 30 mil em produtos, em um mês, para mil clientes, então o ticket médio dela é de R\$ 30.

América Latina e Caribe		África		Leste Europeu e Ásia Central		Sul Asiático		Leste Asiático e Pacífico	
Carteira Bruta (US\$) bilhões	27,2	Carteira Bruta (US\$) 5,1 bilhões		Carteira Bruta (US\$) 3,6 bilhões		Carteira Bruta (US\$) 2,2 bilhões		Carteira Bruta (US\$) 9,6 bilhões	
Ticket médio (US\$)	1.032,8	Ticket médio (US\$) 4.25,4		Ticket médio (US\$) 1.570,4		Ticket médio (US\$) 168,8		Ticket médio (US\$) 385,3	
Quant. De Tomadores milhões	15,1	Quant. De Tomadores milhões 4,6		Quant. De Tomadores milhões 2,3		Quant. De Tomadores milhões 9,3		Quant. De Tomadores milhões 5,2	

QUADRO1. Valor Médio Do Ticket. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

2.1.2 No Brasil

Nesse sentido o Banco Central do Brasil diz que, a oferta de crédito para pessoas de baixo poder aquisitivo existente no Brasil já possui cerca de vinte anos de história, tendo o setor de microcrédito sofrido regulamentações pelo Banco Central e Governo Federal nos últimos anos, a fim de que suas instituições recebessem um maior grau de legitimidade para operar.

Dando continuidade aos relatos do Banco Central do Brasil, o marco foi à criação do programa UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, em 1973, que dá início ao processo do microcrédito no Brasil, por iniciativa e com assessoria técnica da Acción Internacional, na época AITEC, e também envolvendo a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia. A união foi criada para desenvolver um programa de crédito e capacitação para micro empreendimentos populares no setor informal, tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos.

O programa desenvolveu uma base técnica de análise de crédito customizada e adaptada ao micro empreendedor de baixa renda, formou profissionais com o novo perfil de microcrédito e financiou milhares de micro empreendimentos em diversos municípios de Pernambuco e da Bahia no decorrer de uma década. Implantou e comprovou de forma aplicada que uma metodologia de

microcrédito focada em um público sem acesso a crédito bancário e sem garantias reais e outros serviços, como capacitação e assistência técnica, pode ser viável.

O Banco Central descreve que A UNO se destacou como uma experiência que se tornou a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina e serviu de modelo de implementação para os programas de microcrédito posteriores. A metodologia e estrutura da UNO apresentou já de início algumas características que só seriam vista muito depois em programas semelhantes em outros continentes, a partir dos anos 80. Atuando de maneira vanguardista no setor de micro finanças no Brasil.

Em pesquisas sobre o microcrédito no país, verificou-se no site do Banco Central do Brasil, que atualmente, o Brasil tem como maior programa de microcrédito o CREDIAMIGO. Ele também é um dos maiores programas de microcrédito da América Latina.

Seguindo no mesmo sentido pelo Banco Central do Brasil, o Crediamigo foi responsável em 2008 por 1 milhão de operações firmadas com micro empreendedoras do setor informal, beneficiados com créditos no montante de R\$ 1 bilhão, distribuídos em toda área de atuação do BNB (Nordeste, norte de Minas e Espírito Santo).

2.1.3 O agente de Crédito

Segundo o Banco do Brasil sobre o histórico do MPO, além do trabalho pioneiro da UNO, a figura que sempre auxiliou no sucesso dos programas de MPO em todo o país é a do agente de Crédito, ator presente em todas as instituições de microcrédito tradicionais. Ele é responsável por analisar economicamente o negócio do tomador do empréstimo, depois de demonstrado o interesse do mesmo pelo valor a ser tomado.

Ainda na linha dos estudos observa-se que os agentes de crédito se relacionam diretamente com os empreendedores no local da sua atividade. Orientando-os sobre a gestão do negócio, as suas necessidades de crédito, a definição do valor do empréstimo necessário para o desenvolvimento sustentável do negócio, sobre as reais condições de tomada de crédito após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do empreendedor.

Ele estabelece a ligação entre as demandas do cliente e a instituição, no que diz respeito a aspectos operacionais, esclarecimento de dúvidas, aprofundamento de informações e acompanhamento do processo operacional da solicitação de crédito.(Banco do Brasil, 2011)

2.2 HISTÓRIA DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Verificou-se que o microcrédito vem fazendo história ao longo do tempo, com diferentes variações, contudo com o mesmo objetivo, ajudar os menos favorecidos.

Informação esta que foi compilada pelo Banco do Brasil, no quadro de Histórico Do Microcrédito No Brasil.

É possível concluir que ajudar os pequenos empreendedores sempre foi um fator que esteve em evidência, com a criação de grupos, bancos populares e programas de auxílio aos menos favorecidos, mas nada tão significativo como o MPO é hoje.

- *1973 - Criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, UNO. O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano (BCB, 2002).*
- *1987 - Inicia os trabalhos do Banco da Mulher/Seção Bahia. Apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF e do BID.*
- *1989 - Programa de microcrédito a metodologia dos Grupos Solidários.*
- *1990 - Criação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), atual CEAPE Nacional.*
- *1995 - Fundação da Portosol, Instituição Comunitária de Crédito em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fornece crédito para pequenos empreendimentos.*
- *1996 - Vivacred, por iniciativa do Movimento Viva Rio Deflagrado o Programa de Crédito Produtivo Popular.*

- *1998 - O ano da criação do Crediamigo, Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste. Oferece crédito a pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Metodologia de Grupos Solidários, oferece capacitação para os clientes junto da concessão de crédito.*
- *2000 - Programa SEBRAE de Microcrédito.*
- *2003 - Bancos Popular do Brasil - Iniciativa do Banco do Brasil na área de microcrédito implantação da Estratégia DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Outra iniciativa do Banco do Brasil.*
- *2005 - Programa Nacional do Microcrédito Orientado - Criado pelo governo federal.*
- *2011 - Programa Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Brasil.*

QUADRO 2. Histórico Do Microcrédito No Brasil. FONTE: BCB. 2010.

O Microcrédito Produtivo Orientado – MPO é definido pela Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, sobre como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores, no local onde é executada a atividade econômica, visando orientação e acompanhamento.

A Medida Provisória 543, de 24 de agosto de 2011, alterou o texto original e autorizou a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

Ainda quanto às disposições normativas que regem o MPO, podemos citar a Resolução 4.000 PNMPO de 25 de Agosto de 2011, disposta pelo Banco Central do Brasil, que determina as condições e normas para a realização do microcrédito; a Resolução 3.422 de 30 de Novembro de 2006, onde são determinados os órgãos que poderão executar a linha de crédito, bem como define o público alvo e as demais condicionantes para a liberação dos empréstimos.

Além das Leis de Criação e regulamentação do MPO, podemos citar ainda: a Portaria nº 450, de 13 de Setembro de 2011, a Resolução 3.706 PNMPO, de 27 de Março de 2009; A Lei 4.595 de 31 de Dezembro de 1964; o Decreto nº 5.288, de 29

de Novembro de 2004, sendo uma complementar a outra, de modo que não se perca o foco e o objetivo principal do MPO: oferecer crédito a pessoas de baixa renda e pequenos e micros empreendedores que desejam fazer seus negócios crescerem, contribuindo assim para o crescimento social e econômico do país.

2.3 MICROCRÉDITO - CONCEITO

Espelhado pelo pensamento do professor Yunus, o Banco do Brasil conclui que, o Microcrédito surge como uma opção de serviço financeiro em prol de objetivos sociais específicos, que incluem a bancarização, que se resume na inclusão dos menos favorecidos aos serviços bancários, bancos populares, de fácil acesso a população, além dos programas assistências em parceria com o governo federal propondo ações sociais que não visem apenas à filantropia, mas a possibilidade de prover aos pequenos empreendedores condições de exercer seu próprio negócio e gerar sua própria renda, auxiliando-os a sair da situação em que vivem para um patamar mais elevado com condições de vida mais dignas.(Banco do Brasil, 2011)

Seguindo as conclusões do Banco do Brasil, nota-se dentre as vantagens iniciais de um programa de microcrédito, está o fato de se poder fornecer crédito aos empreendedores individuais e as empresas de pequeno porte, que não possuem acesso a créditos de empreendimento. Assim, é possível promover o crescimento do empreendedor individual, tanto na geração de empregos como na ampliação do seu negócio.

O microcrédito, também, incentiva o surgimento de novos micro empreendimentos capazes de ampliar a parcela de microempresários existentes no país, contribuindo para que regularizem suas atividades e saiam do mercado informal. Quanto mais pessoas tomarem os empréstimos, mais pessoas saberão dos seus benefícios. (Banco do Brasil, 2011)

Conforme cita Soares (2007, p. 227), “prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processo e gestão diferenciados”. (Soares, 2007)

O Banco do Brasil relata que por ser um esquema de empréstimos, o microcrédito necessita ser adotado em um ambiente onde haja um nível mínimo de

atividade econômica, já que a proposta não é assistencialista. É necessária que as instituições financeiras envolvidas em microcrédito iniciem suas atividades após uma ação de planejamento; de georeferenciamento de estabelecimento comerciais e possíveis consumidores locais; possuam ou criem produtos financeiros que satisfaçam as necessidades dos clientes; cobrem taxas de juros que cubram todos os seus custos; exijam o pagamento efetivo dos empréstimos em prol de manter a capacidade de obtenção de crédito do cliente; invistam o suficiente na área administrativa; e atuem de forma descentralizada. (Banco do Brasil, 2011)

Além, disso, sua capacitação específica sobre o produto e técnicas de negociação e gerenciamento são extremamente importantes, como também tornar o empreendimento auto-sustentável, por isso do termo microcrédito orientado.

Destaca o Banco do Brasil que a orientação do cliente em todo o processo do contrato constitui uma peça-chave para investir na adimplência e auxiliar no crescimento substancial do empreendimento apoiado. Historicamente no Brasil, alguns bancos populares sofreram com a falta de sustentabilidade de negócio dos clientes consumidores de seus produtos, tornando inviável sua subsistência tendo que fechar as portas.

Analisando cada conceito separadamente, com base nos estudos do Banco do Brasil, conclui-se que o objetivo da linha de crédito é suprir as necessidades dos pequenos empreendedores, fornecendo a eles mais do que dinheiro para aumentarem seus negócios, oferecendo também orientação financeira para que o empresário invista o valor tomado de forma que seu negócio possa prosperar dentro do previsto, ou até mesmo, além do esperado.

Para Soares (2007), microcrédito pode ser conceituado da seguinte forma:

Microcrédito – É o termo usado para designar empréstimos de pequeno valor direcionados a público restrito, definido por sua baixa renda ou ramo de negócios e que usualmente não tem acesso às formas convencionais de crédito. A metodologia é concebida de forma eficiente e desburocratizada e visa auxiliar à estruturação e o crescimento sustentável dos micro e pequenos empreendimentos por meio da concessão de pequenos empréstimos financeiros.

Produtivo – O empreendimento mesmo sendo classificado como de pequeno porte deve ser auto-sustentável e o empréstimo deve servir para auxiliar no desenvolvimento do negócio. É importante ressaltar que o MPO não é uma medida assistencialista, mas que deve propiciar aos empreendedores individuais e as microempresas oportunidades para crescimento e regularização do seu negócio.

Orientado – A razão para essa necessidade está baseada no perfil dos tomadores, que se caracteriza pelas dificuldades em manejar alguns

elementos gerenciais, tais como fluxos de caixa, custos de produção, formação de preço, etc. O responsável por sugerir cursos de capacitação para gestão do negócio e orientação quanto às necessidades de crédito é o funcionário do Banco, que também auxilia na definição de valor do empréstimo e quanto às reais condições de tomada crédito, após confirmar a atividade e validar os dados do cliente, além da capacidade de endividamento do empreendimento. (Soares, 2007)

2.4 PARA QUEM É O MICROCRÉDITO

Baseado nos estudos da Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, e nas Resoluções 3.422 de 2006 e 4.000 de 25 de Agosto de 2011, observa-se que o microcrédito é uma modalidade de crédito desenvolvida para o atendimento dos pequenos empreendimentos, sejam eles formais ou informais. O microcrédito é indicado para pequenos e microempresários, comerciantes, cooperativas, principalmente empreendedores comerciais de serviços e produtos.

Bem como para o Banco do Brasil, a população de baixa renda, os pequenos agricultores e os microempresários constituem uma camada com limitações de crédito que impedem o acesso aos avanços comerciais. Era evidente a necessidade de desenvolver políticas e métodos de elevação de rendimentos desse agrupamento de trabalhadores e empreendedores, assim o MPO - Microcrédito Produtivo Orientado surgiu como um produto que poderia possibilitar tal pretensão. (Banco do Brasil, 2011)

2.5 OBJETIVOS DO MPO

O MPO visa aproveitar as mudanças socioeconômicas existentes no mundo em prol de criar um mercado solidário e no combate a pobreza extrema. Assim, tira proveito da força dos ventos e procura promover progresso aliado a sustentabilidade e a gerar negócios auto-sustentáveis.

O Banco do Brasil tem um aspecto relevante neste sentido, pois sempre investiu no crescimento do país e possui experiência em microcrédito com a estratégia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), conforme destacado (Banco Do Brasil (2011):

É uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BANCO DO BRASIL está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis,

socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada à diversidade cultural.

Dessa perspectiva o Banco do Brasil descreve que a estratégia do MPO é a de oferecer opções de produtos de crédito que possam atender a comunidade de empreendedores individuais no meio urbano. Medidas assim auxiliam no investimento do indivíduo que se encontra em populações de menor renda pelo Brasil afora, nos grandes centros urbanos e de um agrupamento de trabalhadores e microempresários, empreendedores que auxiliam no crescimento da economia e no desenvolvimento de suas comunidades, afastando tais camadas da pobreza. (Banco do Brasil, 2011).

O que se destaca principalmente ao tratar de um tema como Microcrédito Produtivo Orientado, é que as ações de microcrédito, como a proposta por Yunus está associada a um espírito de voluntariado na procura de soluções alternativas a situações que fogem da abordagem e do leque do sistema financeiro tradicional e o forte aspecto social que busca enxergar as camadas marginalizadas e pobres da sociedade. (Banco do Brasil, 2011)

2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conforme resolução dada pela Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005: Microcrédito é o termo usado hoje para designar uma variedade de empréstimos cujas características comuns são:

- ✓ Serem de pequeno valor (usualmente entre U\$50 e U\$5.000, dependendo do país);
- ✓ Serem direcionados a um público restrito, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não têm acesso às formas convencionais de crédito.

Dando destaque para algumas características importantes do Microcrédito, como:

- ✓ Análise subjetiva e individualista;
- ✓ Operação descentralizada;
- ✓ Grande dependência dos Recursos Humanos;

- ✓ Crédito mais Complexo/Demorado;
- ✓ Risco concentrado.

Em resumo da Lei, microcrédito pode ser definido como um empréstimo de valor muito baixo oferecido a desempregados, pequenos empresários e outras pessoas vivendo na pobreza e cuja condição impede o acesso a bancos e aos meios tradicionais de financiamento, por não possuírem bens que possam oferecer em garantia e/ou histórico de créditos.

Com base no conceito do Banco Central do Brasil, Microcrédito caracteriza-se por prestar serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade micro financeira essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais.

Conforme definição dada pelo Banco Central (2010):

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Existem vários tipos de programas de microcrédito no mundo, porém duas vertentes se destacam: a de redução da pobreza, concebido por Muhammad Yunus e a do tipo comercial, modelo adotado pelo Brasil, com a criação de bancos populares e programas regionais de assistência aos menos favorecidos.

Assim sendo para o Banco do Brasil, a descrição sobre o MPO, o empréstimo orientado, não se trata de um programa de um acompanhamento minucioso da aplicação dos valores, mas sim de uma orientação de qual melhor opção a se tomar e qual o melhor caminho a seguir diante dos cenários econômico e social que a empresa está vivendo. Baseado nos mesmos conceitos pelo qual a economia do país esteja passando, a orientação é importante para que o pequeno empreendedor não perca o foco de seu investimento e evite gastos desnecessários e que fujam do projeto inicial. (Banco do Brasil, 2011)

2.7 O PROCESSO DE CRÉDITO DO MPO NO BANCO DO BRASIL

No processo de crédito são várias as etapas a serem cumpridas até que o empreendedor tenha acesso ao dinheiro do MPO efetivamente. Começa na prospecção ativa ou receptiva, onde são colhidas as informações preliminares a respeito do empreendedor e seu negócio, além do valor do empréstimo pretendido. O responsável por esta função é um funcionário, que deve ser capacitado para tal, conhecido também como agente de crédito. (Banco do Brasil, 2011)

Na parte de análise de crédito, o Banco do Brasil, diz que, na seqüência, para avaliar o negócio e validar as informações colhidas inicialmente, deve ser agendada, obrigatoriamente, visita ao local onde o empreendimento funciona, e efetuar o preenchimento de formulários específicos, que tem por finalidade coletar informações sobre as atividades e os empreendedores (capacidades, potencialidades e limitações). De todos os quesitos que possam contribuir de alguma forma para a liberação dos valores. Estes formulários seguem o padrão do banco para contratação e liberação de crédito, além de se orientar nas leis e decretos de regulamentação do microcrédito.

Seguindo as premissas e normas do Banco do Brasil, observa-se que tais procedimentos contribuem para dimensionar de maneira precisa as reais necessidades e a capacidade de pagamento dos clientes. O roteiro informa ainda, os passos a serem observados pelos funcionários envolvidos no atendimento e acompanhamento aos clientes, empreendedores de micro e pequenos negócios, formais e informais e a desenvolver suas ações no âmbito do Microcrédito Produtivo Orientado. (Banco do Brasil, 2011)

Dentro ainda dos procedimentos, o Banco do Brasil, relata que o atendimento aos demandantes de linhas de crédito MPO poderá ser realizado inicialmente no ambiente da agência (receptivo), porém, o funcionário deve, obrigatoriamente, realizar visita ao local do empreendimento e fazer uso dos formulários específicos para “entrevistar” e conhecer melhor o empreendedor e seu negócio. É preciso salientar, ainda, que o MPO é um empréstimo em que o acompanhamento durante todas as fases do empréstimo é importante para verificar a correta utilização dos recursos envolvidos, o desenvolvimento do negócio e garantir o retorno do capital investido pelo Banco. (Banco do Brasil, 2011)

Ressaltado pelo Banco do Brasil, que em cada uma das etapas do processo de crédito, deve ser mantido relacionamento direto, próximo e constante com o empreendedor, seja na contratação, acompanhamento ou cobrança do empréstimo.

Com a observação estreita da metodologia e de todo o processo de crédito, espera-se que os resultados sejam otimizados e os riscos no retorno dos capitais emprestados pelo banco, minimizados. (Banco do Brasil, 2011).

2.8 PÚBLICO ALVO

A Resolução 3.422 de 30 de Novembro de 2006 e a Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, constituintes do MPO descrevem em vias gerias quem pode ser favorecido com as linhas de empréstimos, seguindo esta linha o Portal do Empreendedor, descreve os principais profissionais liberais bem como as atividades que mais se destacam na busca pelo MPO.

PROFISSÕES ADMITIDAS	
Açougueiro	Locutor
Acunpunturista	Marceneiro e trab. Artefatos de madeira
Agente de Viagem e Guia de Turismo	Massagista
Alfaiate	Mecânico de manutenção de veículos automotores
Ambulante	Mergulhador
Antiquário	Mestre e Contramestre
Artesão	Modelista e/ou Cortador de Vestuário
Artista Plástico	Modelo
Astrólogo, Numerólogo e afins	Modista
Ator	Motociclista (transp. de mercadorias) e/ou assemelhados
Aux. Enfermagem	Motorista
Barbeiro, cabeleireiro, manicure e pedicure	Motorista de veículos de transporte de carga
Bombeiro e Instalador de gás, água, esgoto	Motorista de veículos de transporte de passageiros
Borracheiro	Músico
Cantor e Compositor	Nutricionista
Cenógrafo	Oleiro

Ceramista	Ornitólogo
Chaveiro	Padeiro e Confeiteiro
Contador	Pescador
Coreógrafo e Bailarino	Pescador com fins comerciais
Costureiro	Professor/demais
Cozinheiro, copeiro, garçom , barmen e camareira	Programador
Decorador	Promotor de Vendas e Demonstrador
Desenhista	Protético
Despachante. Inclusive o aduaneiro	Radio técnico
Detetive Particular	Relojoeiro
Discotecário, Videotecário e afins	Rentista ou Locador
Eletricista e assemelhados	Representante Comercial
Eletriciário	Salva Vidas
Feirante	Técnico de eletricidade
Ferramenteiro	Técnico de Informática
Fisioterapeuta	Técnico em áudio e Cenografia
Floricultor	Tintureiro
Fonoaudiólogo	Topógrafo
Fotógrafo	Torneiro Mecânico
Funileiro	Trabalhador da Coleta e Seleção de Material Reciclável
Gari	Trabalhador de construção civil
Garimpeiro	Trabalhador em fabricação de roupas
Instrutor	Trabalhador informal
Jardineiro	Tradutor
Jornalista	Vendedor de comercio varejista e atacadista
Joalheiro e Ourives	Vendedor pracista e caixeiro viajante
Jornaleiro	Vidraceiro
Lanterneiro e Pintor de Veículos	*

QUADRO 3– Profissionais E Profissões Do MPO. FONTE: PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2010.

O Banco do Brasil, em seus estudos para aplicabilidade do projeto, analisou e descreveu em gráficos, os percentuais das profissões e profissionais que mais tomam os empréstimos junto à instituição, ou os que visam tomar futuramente.

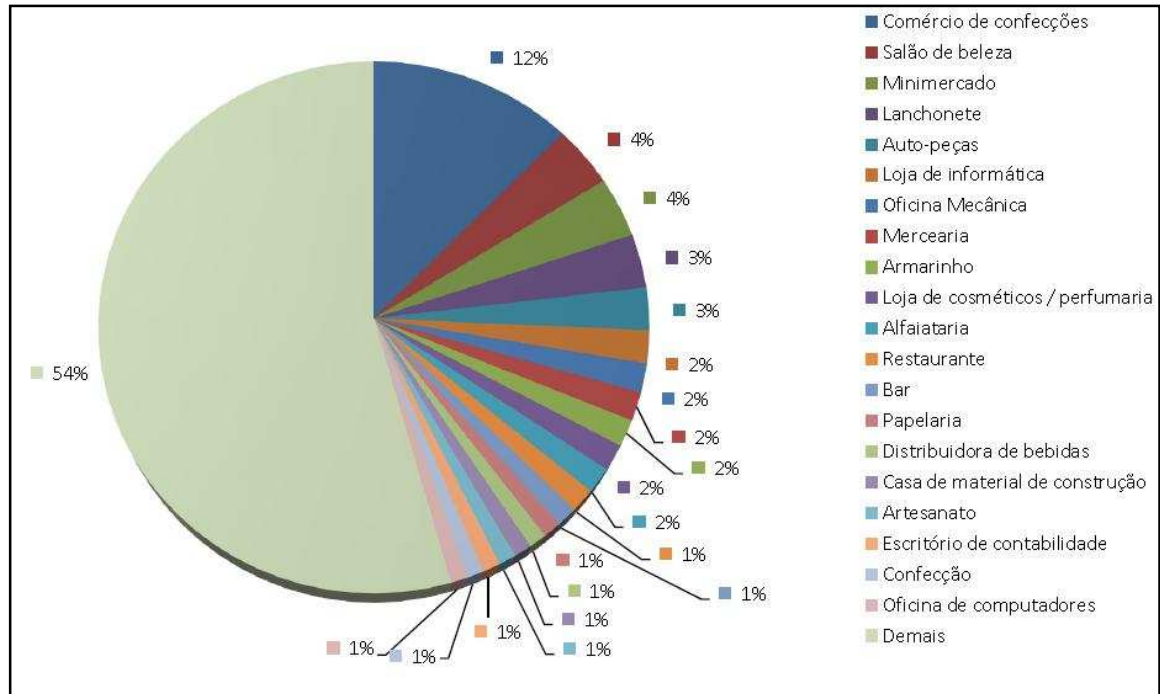


GRAFICO 1- Percentual De Atividades. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

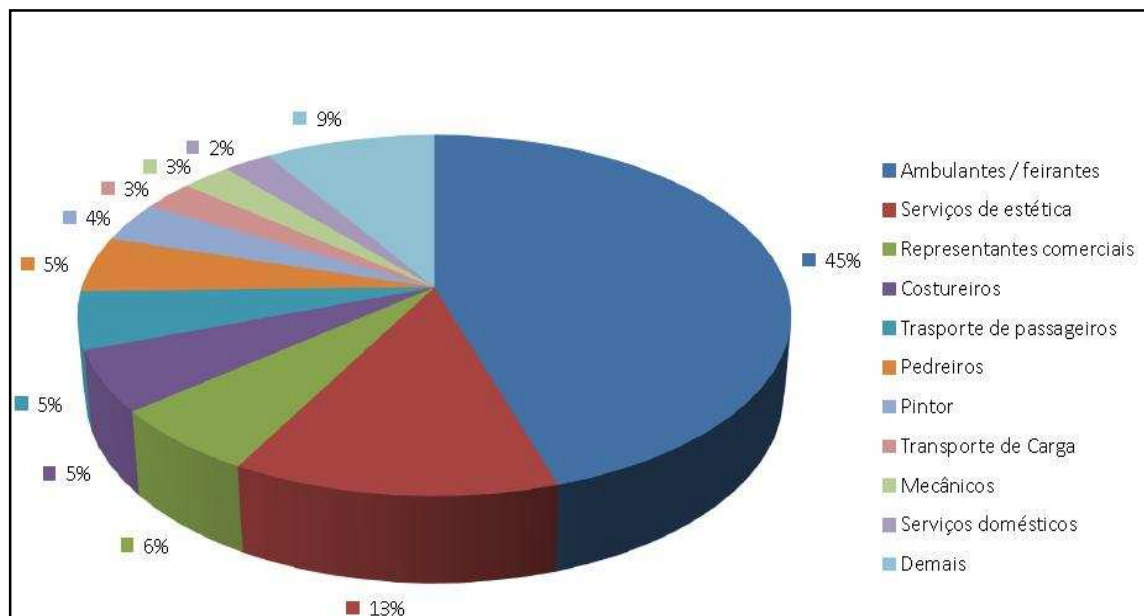


GRAFICO 2- Percentuais Profissionais MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

Para especificar melhor as o publico alvo das operações de microcrédito, a Resolução n. 3422 de 2006, dispõe:

(...)

Art. 2º. Para efeito do disposto nesta resolução, consideram-se operações de microcrédito aquelas realizadas com:

I - pessoas físicas:

a) detentoras de contas especiais de depósitos de que trata a Resolução 3.211, de 30 de junho de 2004;

b) titulares de outras contas de depósitos que, em conjunto com as demais aplicações por elas mantidas na instituição financeira, tenham saldo médio mensal inferior a R\$3.000,00 (três mil reais);

II - pessoas físicas, para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, e com pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor;

III - pessoas físicas de baixa renda, detentoras ou não de depósitos e de aplicações financeiras de pequeno valor, que se enquadrem no art. 3º, inciso I, da Lei Complementar 111, de 6 de julho de 2001;

IV - pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, cuja renda anual bruta não ultrapasse o valor estabelecido pelo art. 3º do Decreto 5.288, de 29 de novembro de 2004, ou por outra norma que o altere ou substitua.

Decreto 6.607/2008 que deu nova redação ao artigo 3º do Decreto 5.288/2004 Define Pessoas Jurídicas e Empreendedoras Individuais Art. 1º O art. 3º do Decreto no 5.288, de 29 de novembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º Para efeito do disposto neste Decreto, consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas com renda bruta anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).”

IMPORTANTE: O Decreto 6.607/2008 - estabelece o teto de corte ao estipular R\$ 120.000,00 de renda bruta anual.

Lei Complementar nº 128/2008 – Micro empreendedor individual (Conceito MEI Considera-se Micro empreendedor Individual (MEI), o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Início das Atividades No caso de início de atividades, o limite de receita será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

Lei Complementar nº 123/2006 (Conceito de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte). Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

IMPORTANTE: Saber os limites estabelecidos pela receita bruta tanto das microempresas como das empresas de pequeno porte. O cliente atendido nesta modalidade de crédito possui características diferenciadas, são empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI) e microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil.

(...)

Com base na Resolução citada, é importante ressaltar que, os valores estipulados em Lei para contratação são o teto máximo que o cliente pode adquirir, estando este valor sujeito a análise financeira, das condições de pagamento e consultas aos órgãos de proteção ao crédito. O valor a ser concedido será informado após toda a coleta de dados e análise das condicionantes para a concessão do empréstimo.

Por isto é importante deixar o cliente bem informado, que o valor para contratação pode não ser o valor total, uma vez que, para efetivar a liberação dos valores, é necessário realizar todas as verificações dos dados do cliente.

O microcrédito não deixa de ser um produto do banco, que mesmo com o seu objetivo social, deve seguir regras e padrões, tanto ditados pelos órgãos executivos e legislativos como regras internas da instituição.

Além do que toda operação financeira é baseada nos riscos e nas condições de pagamento.

Um pequeno empreendedor que tenha uma rentabilidade baixa, e um negócio em baixa no mercado, poderá estar sujeito a estas imposições e ter seu limite de empréstimo reduzido, pois conforme descrição do MPO está é uma linha para auxiliar no crescimento e desenvolvimento do micro e pequeno empreendedor, não objetivando empréstimos a critério comercial.

2.9 PROSPECÇÃO DE CLIENTES

Quanto à prospecção de potenciais clientes para o Microcrédito Produtivo Orientado, o Banco do Brasil descreve que o procedimento será realizado em duas frentes: Ativa (listas de clientes do banco, disponibilizadas pelo sistema interno) e Receptiva (atendimento aos clientes e não clientes nas agências).

Em ambas, será importante observar os seguintes passos (Banco Do Brasil, 2011):

- ✓ Verificar se o cliente já possui três operações de MPO contratadas com o Banco do Brasil, dentro do ano civil vigente. Tal fato impede novas contratações no mesmo ano.
- ✓ Verificar a existência de restrições cadastrais, caso haja restrições, oferecer informações sobre a forma de regularização das pendências observadas;
- ✓ Verificar se o cliente possui conta corrente junto a instituição, em caso negativo providenciar a abertura, pois o crédito é liberado em conta;
- ✓ Efetuar a verificação dos limites disponíveis para o empréstimo;
- ✓ Identificar se o cliente está enquadrado nas condições do MPO;
- ✓ Informar ao cliente sobre a documentação necessária para abertura do crédito e da necessidade de realizar visita ao empreendimento;
- ✓ Agendar a visita e, caso necessário, solicitar que o empreendedor providencie cópias dos documentos para atualização cadastral.

2.10 VISITA

Com base no Banco Do Brasil relata, a visita serve para que o funcionário confirme algumas informações passadas pelo cliente quando do contato telefônico, ou do comparecimento à agência para buscar informações acerca da linha de crédito, como por exemplo:

- ✓ Qual é a atividade produtiva do empreendedor?
- ✓ Há quanto tempo o empreendimento funciona?

- ✓ Para que ele necessita do crédito (capital de giro/ investimento)?

Destaca o Banco do Brasil, que obter as informações do cliente, numa primeira abordagem nem sempre é fácil, uma vez que, muitos clientes nunca ouviram falar sobre o produto e tem receio em passar informações sobre seus negócios, imaginando que possam estar sendo sondados pela concorrência. Ou porque nunca receberam a visita de um agente de crédito demonstrando interesse pela sua atividade e sua prosperidade.

Segundo instruções da equipe de crédito do Banco Do Brasil, para que a primeira abordagem resulte frutífera, o funcionário deve se atentar para alguns procedimentos:

- ✓ Fazer um planejamento das visitas, identificando o público a ser visitado de modo a otimizar a logística e economizar nos deslocamentos;
- ✓ Fazer uma lista dos documentos necessários para a conta e para análise do empréstimo;
- ✓ Verificar se há outros empreendedores/ empreendimentos (Clientes ou não do banco) que podem ser visitados no mesmo roteiro;
- ✓ Levar na visita formulários adicionais, caso sejam identificados novos clientes potenciais em áreas próximas.

Com o resultado dos estudos do Banco Do Brasil, para as visitas foi elaborado um questionário, a fim de saber em qual local este público alvo realiza suas atividades.

A pergunta era: onde opera o seu negócio?

A maioria dos entrevistados respondeu que exerce suas atividades empreendedoras na própria residência, o segundo lugar ficou em um estabelecimento comercial, podendo este ser alugado, cedido ou próprio. Ainda foi verificado que algumas atividades são prestadas na residência ou trabalho do cliente e os demais na rua, conforme amostragem gráfica.

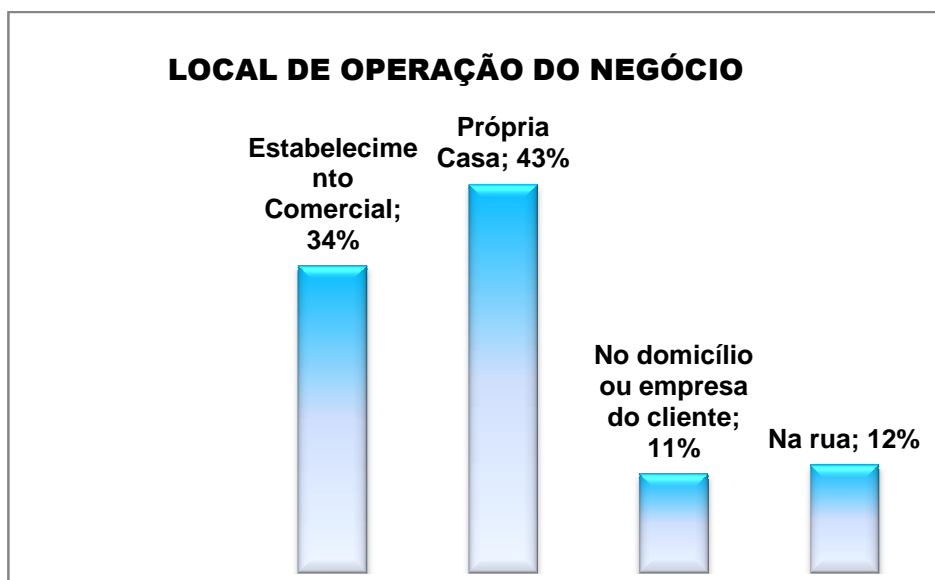


GRÁFICO 3- Operação Do MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

Com o resultado desta amostragem, e descrições do professor Yunus, nota-se que o público alvo do MPO, faz parte das camadas mais baixas da sociedade, que vivem na informalidade, como constatado no resultado da pesquisa, onde 43% dos entrevistados de 100%, responderam que realizam seu negócio em casa.

Aliado as pesquisas de Soares, surge mais um enfoque para que o MPO seja introduzido nas camadas mais pobres, para que estes pequenos empreendedores um dia possam vir a se tornar grandes empresários, e fazer com que sua comunidade local cresça com o seu desenvolvimento, gerando renda e emprego para mais pessoas da comunidade. (Soares, 2007)

Ainda para o autor, outra contribuição importante de se injetar microcrédito nesta fatia da população é fazer a inclusão bancária de todas as pessoas, a chamada bancarização, a fim de oferecer produtos e serviços bancários para quem nunca teve ou nunca pode ter acesso a uma conta em um banco, e desta forma promover a inclusão social dos menos favorecidos.

2.11 LINHAS, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Seguindo as disposições da Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, o microcrédito é uma linha que possui dentro suas principais características, as menores taxas de juros do mercado, sendo de 0,64% ao mês e um total de 8% ao ano.

Para simplificar os valores estipulados na Lei, cobrados para o MPO, os dados foram resumidos e compilados na tabela de CONDICIONANTES, nota-se que a diferença está apenas no prazo para pagamento, entre a pessoa física (PF) e a pessoa jurídica (PJ).

ITENS	MICRO EMPREENDEDOR PESSOA FÍSICA	MICRO EMPREENDEDOR PESSOA JURÍDICA
Público	Pessoas físicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte	- EI (Empreendedores Individuais) - MPE (Micro e Pequenas Empresas) com faturamento até R\$ 120 mil ao ano
Finalidade	Capital de Giro ou Investimento	Capital de Giro ou Investimento
Taxa	0,64% a.m. (8% a.a)	0,64% a.m. (8% a.a)
Limites	Até R\$ 15.000,00	Até R\$ 15.000,00
Prazo	Giro: de 04 a 06 meses; Investimento: de 7 a 12 meses	Giro: até 12 meses; Investimento: até 18 meses
Carência	De 30 a 59 dias	De 30 a 59 dias
Forma de liberação	Conta corrente do empreendedor	Conta corrente do empreendedor
TAC (taxa de abertura de crédito)	1% do valor da operação	1% do valor da operação
IOF	Alíquota zero	Alíquota zero

QUADRO 4 – Condicionantes. Fonte: Lei 11.110/ 05 E Resolução 3.422 De 2006.

2.12 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Discorre o Banco Do Brasil, o levantamento de Informações consiste na obtenção de dados financeiros e operacionais acerca do empreendimento, com o propósito de verificar a real possibilidade de o banco envolvido, disponibilizar crédito para o desenvolvimento do cliente e de seu negócio.

É uma ferramenta importante para auxiliar na mitigação do risco das operações e a incerteza na concessão de crédito aos clientes MPO para assegurar de forma mais consistente o retorno dos capitais ao banco, evitando ou minimizando ações de cobrança, bem como garantindo que o pagamento e/ou endividamento pela parte do cliente, não atrapalhe o desenvolvimento do negócio.(Banco Do Brasil, 2011).

2.13 MODALIDADES DE MICROCRÉDITO

Conforme destaca o Banco Do Brasil, baseados em projetos de micro finanças existem diversas modalidades de microcrédito, de acordo com as necessidades de cada cliente, resumidos basicamente em capital de giro e capital para investimento (em aquisição de produtos, equipamentos e matéria prima).

Segue abaixo a tabela de modalidades onde constam as modalidades e as finalidades.

<u>Modalidade</u>	<u>Finalidade</u>
Microcrédito tradicional	Empréstimos para empreendimentos existentes que pelos seus próprios meios atingiram a sustentabilidade.
Microcrédito para criação de novos negócios	Empréstimo para pessoas empreendedoras que possuem boas idéias, viáveis e que precisam de recursos para montar o negócio.
Linha de crédito para investimento ou investimento fixo	É o capital destinado à aquisição de máquinas ou equipamentos, ou a realização de obras civis indispensáveis a implantação, a modernização e ao funcionamento ou a ampliação da empresa.
Linha de crédito para capital de giro	São os recursos destinados à compra de mercadorias, à reposição de estoques, às despesas administrativas.
Capital de giro associado ao investimento ou ao investimento misto	São recursos destinados a cobrir as despesas que a empresa vai ter com investimentos realizados.

QUADRO 5- Modalidades De Contrato. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

Em análise documental do Banco do Brasil, verificou-se que para se obter sucesso em todo o processo do microcrédito, desde o primeiro contato até a liberação dos valores, deve ser seguido um roteiro, para que se evitem falhas no processo do microcrédito, por ser uma linha especial que visa ajudar e fomentar o desenvolvimento do pequeno empreendedor, seguir um roteiro é fundamental para o sucesso tanto do cliente quando do agente de crédito em sua função de orientador dos negócios.



FIGURA 1 – Ciclo Do MPO.FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

2.14 CONDICIONANTES DO MICROCRÉDITO

Fora os parâmetros legais e disposições normativas param se contratar o microcrédito, o Banco do Brasil faz algumas ressalvas quantos as condicionantes que não podem deixar de ser observadas, para que o empréstimo siga dentro do planejado.

O crédito geralmente está condicionado a determinadas exigências, como por exemplo: não ter o nome nas listas de órgãos de proteção ao crédito, processos judiciais, e ter uma boa relação com a sua comunidade.

O financiamento poderá estar condicionado a um avalista ou mesmo a um grupo de avalistas que tomam financiamento em grupo. (Banco do Brasil, 2011)

Conforme a Resolução 3. 422 de 30 de Novembro de 2011 do Banco Central do Brasil, que dispõe acerca da realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a micros empreendedores:

Pessoas físicas: Art. 2º Para efeito do disposto nesta resolução consideram-se operações de microcrédito aquelas realizadas com:
Art. 3º a Resolução nr 3422 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, afirma: As operações de microcrédito devem observar ainda as seguintes condições, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas, com exceção do disposto no inciso IV:

I - as taxas de juros efetivas não podem exceder: a) 2% a.m. (dois por cento ao mês); e b) 4% a.m. (quatro por cento ao mês) nas operações de microcrédito produtivo orientado concedido em conformidade com o art. 4º da RESOLUÇÃO N. 3422 de 30/11/2006;

((II - o valor do crédito não pode ser superior a: a) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quando se tratar de financiamento as pessoas físicas referidas no art. 2º, inciso I; b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), quando se tratar de financiamento para atividade produtiva aos micro empreendedores referidos no art. 2º, inciso II;

III - o prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias;

IV - o valor da taxa de abertura de crédito não pode ultrapassar 2% (dois por cento) do valor do crédito concedido.

São admitidos:

I – a elevação do limite de crédito definido no inciso II, alínea “b” do Art. 3º para até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando se tratar de microcrédito produtivo orientado concedido em conformidade com o art. 4º da RESOLUÇÃO N. 3422 de 30/11/2006; ;

II - excepcionalmente, a contratação de operações em prazo menor do que o previsto no inciso III do Art. 3º, caso em que os limites para as taxas de abertura de crédito estabelecidos no inciso IV ficam reduzidos na mesma proporção;

III - o pagamento parcelado das operações. § 2º Constitui-se garantia nas operações de microcrédito qualquer garantia aceita pelas instituições financeiras, inclusive aval solidário em grupo com, no mínimo, três participantes, alienação fiduciária e fiança. (Resolução, 3.422 de 30 de Novembro de 2011).

2.15 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO MPO

Seguindo as instruções dispostas na Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, e Resoluções 4.000 de 25 de agosto de 2011 e 3.422 de 30 de Novembro de 2011, discorrem sobre o MPO; que, o atendimento aos empreendedores e microempresas deve ser realizado no local onde é executada a atividade econômica, por funcionário que recebeu o treinamento adequado para efetuar o levantamento socioeconômico, através do preenchimento dos formulários específicos, e prestar orientação educativa sobre o negócio.

Para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento.

Baseado em seu tema dado legalmente, o contato direto com os empreendedores e microempresas deve ser mantido durante toda a vigência do contrato para acompanhamento e orientação sobre o melhor aproveitamento e aplicação dos recursos, bem como para auxiliar no crescimento e sustentabilidade do empreendimento.

A Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005 determina ainda que o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de pagamento do empreendedor, em estreita interlocução com este, respeitando o previsto na legislação vigente e nas instruções normativas do Banco relacionadas à análise de risco e limite de crédito da pessoa física e de microempresas.

Esta é considerada umas das partes mais importantes no processo de adesão ao microcrédito, pois seu real objetivo é colocado em foco neste momento. Onde o banco deve cumprir seu papel e qual foi destinado, que não o de mero fornecedor dos valores, mas de orientador financeiro e responsável pelo direcionamento das decisões a serem tomadas pelo empresário.

A instituição financeira representa o governo na execução do projeto, portanto deve-se acompanhar o tomador de perto, e se necessário orientá-lo sobre gestão financeira, empresarial e negocial, a fim de fazer seu negócio prosperar conforme o planejado por ambos, banco e cliente. (Banco do Brasil, 2011).

Outro papel fundamental do Banco do Brasil, como principal representante do MPO junto ao governo, é gerir as informações vindas do cliente tomadores do microcrédito, e repassá-las aos governantes para que estes saibam a importância e o quanto cada projeto realizado contribuiu para o crescimento da comunidade local, indo direto de encontro ao objetivo do MPO, que é o de: gerar sustentabilidade para os pequeno e micro empreendedores aumentarem seus negócios, e em consequência disto, gerar mais renda para a população da região.

2.16 ORIENTAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRODUTIVA

O empresário que busca a agência, não busca apenas dinheiro para investir em seu empreendimento, na maioria das vezes ele busca orientação financeira, dicas de como investir melhor o empréstimo que está tomando, de como investir para obter mais retorno. (BANCO DO BRASIL, 2011)

Necessidade está que está atrelada ao objetivo do microcrédito, que é o de orientar o cliente para um negócio mais rentável e lucrativo.

Para tanto é papel do funcionário, ou agente de crédito oferecer algumas dicas com relação ao negócio, bem como promover orientações sobre a atividade produtiva do empreendedor baseado nos seguintes passos:

- Procurar entender a atividade produtiva do cliente;
- Identificar as necessidades do empreendimento;
- Identificar se há mercado para atender as demandas do empreendedor;
- Identificar as necessidades do empreendedor.

Feita está primeira análise das necessidades do empreendedor, há ainda uma listagem com 11 tópicos, a serem analisados, que auxiliam diretamente na análise das dificuldades que o pequeno empreendedor sofre, a fim de que se chegue a uma conclusão de qual a real necessidade do cliente, de qual quantia ele precisa e qual a finalidade do empréstimo para seu negócio, crescimento, expansão, regularização, dentro outros aspectos que atingem estes profissionais.

<i>Tópicos para verificação das dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empreendedores</i>
1. Falta de treinamentos/capacitação sobre a área de atuação da empresa, do produto e dos clientes foco do negócio.
2. Falta ou insuficiência de capital de giro;
3. Problemas financeiros/ endividamento;
4. Ponto/ local onde se localiza o empreendimento inadequado, condições higiênicas desfavoráveis e pouca visibilidade;
5. Deficiências e conhecimentos gerenciais (administração do negócio, receitas, custos, despesas, controle contábeis em geral, falta de acompanhamento e anotações específicas da atividade);
6. Falta ou ausência de clientes para consumir os produtos/ serviços ofertados;
7. Excesso de vendas a prazo ocasionando dificuldades na reposição de mercadorias e aumento da inadimplência (Maus pagadores);
8. Recessão econômica;
9. Falta mão-de-obra qualificada, e os produtos ou serviços são oferecidos com qualidade inferior ao esperado pelos clientes;
10. Problemas com a fiscalização – atuação na informalidade correndo riscos de interrupção das atividades por ações da fiscalização;

11. Desconhecimento da legislação tributária – ocasionando multas elevadas, inviabilizando a continuidade da atividade.

QUADRO 6 – Tópicos Para Análise Das Dificuldades. FONTE: BANCO DO BRASIL, 2011.

Para facilitar a análise do perfil do cliente, já no primeiro contato ou na visita ao local do MPO, o funcionário deve levar esta relação, com o intuito de ajudar na verificação das dificuldades e contribuir para identificar suas maiores necessidades, ajuda-o a não perder o foco do investimento desejado. (BANCO DO BRASIL, 2011).

2.17 ADIMPLÊNCIA

O acompanhamento do pagamento pontual das parcelas do microcrédito merece atenção e dedicação especial. O microcrédito é um serviço de alto risco e que precisa de técnicas e procedimentos particulares e específicos, tanto no estudo, na oferta e colocação do crédito, como na maneira de exercer seu controle, uma vez que ele seja concedido. (BANCO DO BRASIL, 2011)

Para obter sucesso, a cobrança no âmbito de um programa de microcrédito deve ser uma função executada de forma sistêmica por toda a equipe da agência. Por isto, o tema cobrança não deve ser tratado apenas do ponto de vista do trabalho do funcionário treinado em MPO, mas como uma função institucional.

Diante disso, o Banco Do Brasil relata que é muito importante que o funcionário responsável pelo MPO zele pelo acompanhamento das operações, informando aos clientes as datas de vencimento com antecedência, dessa forma o funcionário estará agindo de forma proativa, evitando possíveis ocorrências de inadimplência e auxiliará no retorno dos capitais investidos.

O sucesso do negócio e o retorno positivo do investimento são vistos na hora do pagamento, se o empresário que tomou os valores estiver com dificuldades para honrar com as parcelas é sinal de que ele precisa de uma orientação mais abrangente ou a que foi oferecida não foi suficiente, devendo ser complementada o quando antes para evitar perdas maiores para ambos os lados.(BANCO DO BRASIL, 2011).

Assim sendo, o Banco do Brasil descreve que da mesma maneira, àqueles que pagam em dia também devem ser observados, pois estes serão os exemplos positivos do microcrédito, através deles é que poderemos coletar os dados para

amostragens, acompanhar o crescimento de um local, antes e depois da concessão do MPO, além de dar o retorno esperado para banco e ter resultados satisfatórios para quem investiu. São essas pessoas que fazem o sucesso do MPO, pois provam que com orientação e acompanhamento adequados, é possível pagar os custos de um empréstimo e obter lucros e crescimento.

2.18 MONITORAMENTO

Segundo o Banco do Brasil, o monitoramento dos clientes após a concessão do empréstimo é fundamental para redução da inadimplência e acompanhamento da evolução produtiva do negócio. Concedido o empréstimo, o acompanhamento e apoio ao cliente devem ser realizados até a amortização completa dos valores. Mantendo estreito acompanhamento do pagamento das prestações mensais do crédito contraído e intervindo em caso de anomalia.

Em função disso, o acompanhamento inicial deve ser intenso, desde os primeiros passos da contratação, a fim de verificar o desenvolvimento do negócio e desenrolar das atividades logo após a concessão do empréstimo.(BANCO DO BRASIL, 2011).

Relata o Banco do Brasil que durante o período do contrato, a primeira visita ao empreendimento deve ser realizada antes do vencimento da primeira parcela do empréstimo e as demais, semestralmente, para os empréstimos com parcelamento maior que 6 (seis) meses, para garantir a adimplência da operação, bem como em caso de necessidade de oferecer orientação adicional ao empreendedor.

O funcionário capacitado em MPO não precisa ter todos os conhecimentos sobre o desenvolvimento do negócio, mas, deve estar atento às necessidades do empreendedor e conhecer as alternativas e recursos existentes no município, na região, ou em outras esferas e articular a ajuda necessária para o sucesso do empreendimento. (BANCO DO BRASIL, 2011)

3 METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA – ANÁLISE DOCUMENTAL

O presente trabalho foi realizado pelo sistema de análise documental, cujo objetivo é estudar e analisar os resultados do MPO pelo Banco do Brasil, de cunho qualitativa, com descrições bibliográficas, principalmente do livro O Banqueiro dos Pobres, do professor Yunus, que foi promissor no programa de microcrédito no mundo.

A análise documental ou pesquisa bibliográfica consiste na apresentação dos resultados encima de documentos ou pesquisas realizadas por terceiros, sobre determinado assunto.

Para Bells, análise documental é descrita pelo seguinte conceito:

A análise de conteúdo pode considera-se como um conjunto de procedimentos que têm como objetivo a produção de um texto analítico no qual se apresenta o corpo textual dos documentos recolhidos de um modo transformado. (BELL, 1993)

O autor descreve ainda que uma análise documental é composta por várias fontes, vindas de publicações, artigos, atas, memorandos, resultados de pesquisas e trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, programas de TV, entre outras tantas fontes variadas, que variam de acordo com o objetivo de pesquisa que o investigador deseja seguir. Ressaltando que o acesso a algumas fontes pode ser restrito, ou limitado, devendo o investigador analisar estas informações no início do desenvolvimento da pesquisa.

A análise documental deve ser dividida em partes a fim de facilitar a busca e a seleção do material da pesquisa, Milles e Huberman (1984, citados em Flores, 1994), dividem a análise de conteúdo em três conjuntos de tarefas:

- a) Redução dos dados,
- b) Apresentação dos dados,
- c) Conclusões

Segundo os autores, seguir estes três tópicos é fundamental para que se tenham um trabalho de análise documental completo, com a presença de dados relevantes da pesquisa, evitando a citação de assuntos desnecessários ou insuficientes, além de contribuir para uma abordagem mais objetiva, com caminhos definidos a serem seguidos.

Para os autores, a redução de dados consiste em submeter o material a uma separação dos dados em relevantes e significativos, de modo a encontrar nelas componentes que permitam aos pesquisador classificá-los como categoria do conteúdo a ser estudado.

Conforme cita Flores: “As categorias utilizadas num estudo podem definir-se a priori, de acordo com as questões e hipóteses que orientam a investigação”. Ou seja, as questões mudam de acordo com o enfoque da pesquisa.

Para o mesmo autor, na fase de apresentação de dados, o pesquisador deve determinar quais são os grupos das suas pesquisas, quais necessitam de uma pesquisa maior, além de estabelecer a linha de pensamento que a análise deve seguir.

Nesta fase também a pesquisa deverá ser classificada como qualitativa ou quantitativa, conforme cita Flores (1994);

Os processos de redução dos dados permitem simplificar a informação, mas esta deve ser apresentada de algum modo que possibilite o seu posterior processamento e que facilite a obtenção de conclusões. Os procedimentos para a apresentação dos dados dependem se a análise recorre à quantificação ou se é uma análise qualitativa. (FLORES, 1994).

Nas conclusões o pesquisador deverá apresentar o resultado obtido com a pesquisa, relatar as informações encontradas e descrever de forma simplificada o objetivo dos estudos, de acordo com a seqüência e a separação dos dados.

Esta etapa é considerada o desenvolvimento do trabalho e a conclusão que o autor tira baseado nas pesquisas realizadas, compiladas de forma simplificada e explicativa.

Porém o pesquisador só saberá se sua pesquisa e análise documental resultou positiva, após a compilação e exposição dos dados, ele corre um risco de a pesquisa documental ser falha e não fornecer os dados suficientes para o objetivo esperado da pesquisa.

3.1.1 Vantagens e Desvantagens da Análise Documental

Realizar uma pesquisa documental possui vantagens e desvantagens, que permitem um trabalho ser limitado ou desenvolvido com informações relevantes para a pesquisa e para quem tomará conhecimento do resultado.

Diversos autores discutem tais aspectos, sendo alguns tópicos constantes em todos os pensadores, chegando à mesma conclusão quanto aos pontos positivos e negativos de uma análise documental, conforme segue;

3.1.1.1 Vantagens:

- Permite evitar o recurso abusivo às sondagens e aos inquéritos por questionário;
- Os documentos, geralmente, podem ser obtidos gratuitamente e a baixo ou sem custos;
- Os documentos proporcionam informações sobre ocorrências passadas que não se observam ou assistiram;
- O pesquisador, normalmente possui acesso as fontes de sua pesquisa;
-

3.1.1.2 Desvantagens

- Nem sempre ser possível consultar ou reconsultar certos documentos.
- Algumas informações podem não ser detalhadas.
- Informações repetitivas ou em duplicidade
- Falta ou ausência de autenticidade e legalidade.

Contudo a análise documental ainda é considerada uma boa alternativa para quem deseja apresentar uma pesquisa baseada em estudos de terceiros, resultado do presente trabalho.

A escolha da metodologia de pesquisa sobre análise documental foi escolhida para o desenvolvimento deste trabalho, devido à participação da autora em um curso sobre o MPO, fornecido pelo Banco do Brasil, empresa onde atuou como agente de crédito, o que lhe propiciou a experiência sobre os benefícios e os resultados do microcrédito pelo país, o que fez com que desenvolve-se o presente trabalho sobre as características, público alvo e todas as vertentes envolvendo o MPO.

A fonte dos documentos é oriunda de cursos, material de estudos, e formulários internos sobre a aplicabilidade do microcrédito.

Além do embasamento em outros autores sobre o tema.

Em complemento a pesquisa documental, ela está classificada como qualitativa, que tem caráter exploratório, desenvolvendo conceitos, e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados baseados em hipóteses e teorias para se chegar a uma conclusão.

As pesquisas qualitativas neste trabalho têm o objetivo de evidenciar as vantagens do microcrédito, dando destaque para os relatos dos tomadores do empréstimo que obtiveram sucesso e prosperaram vindos ao encontro de alguns conceitos sobre metodologia qualitativa, descritos na página da internet em Sociedade Racionalista:

[...]

- Correspondem à compreensão de temas numa forma mais ampla subjacentes a um contexto específico, permite maior potencial de revelação do fenômeno social estudado, maior conexão de significados com a realidade pesquisada e os dados podem ser utilizados para estudos de todo o processo.
- O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais;
- Busca respeitar as especificidades de cada caso, mas também explorar os significados particulares que são produzidos naquela ocasião;
- A pesquisa qualitativa enfatiza o processo e seu significado.

Sendo assim para este trabalho de pesquisa, a metodologia de análise documental de cunho qualitativa foi a opção mais adequada para a demonstração dos objetivos do microcrédito, seus benefícios, sua aplicabilidade ao redor do mundo e dentro do próprio país.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL

4.5 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS CASOS DO MPO NO BANCO DO BRASIL

Conforme verificado nos relatos anteriormente, o microcrédito tem feito história pelo mundo e suas ações têm feito muito pelas baixas camadas da sociedade.

Não fica diferente no Brasil, o Banco Do Brasil, responsável por implantar o MPO no país, tem diversos casos de sucesso, que foram relatados ao banco, sobre os quais podemos concluir que: se um negócio, seja qual for o ramo de atuação, for bem orientado, seguidos todos os procedimentos, realizadas todas as análises com veracidade, o objetivo e a meta inicial serão alcançados, antes mesmo do previsto.

Resultados que podem ser verificados nos relatos de clientes reais que tomaram o empréstimo, receberam a visita e a orientação de um funcionário capacitado e hoje melhoram de vida e fizeram crescer seu negócio, conforme o planejado ou até mais que o esperado. (BANCO DO BRASIL, 2011)

Ressaltando que os dados dos clientes, como: nome, cidade, etc., foram substituídos por nomes e locais fictícios, a fim de preservar e manter o sigilo das informações, conforme descrito no código de defesa do consumidor bancário, RESOLUÇÃO 2.878:

Art. 1. Estabelecer que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral, sem prejuízo da observância das demais disposições legais e regulamentares vigentes e aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional, devem adotar medidas que objetivem assegurar:

I - transparência nas relações contratuais, reservando os clientes e o público usuário de práticas não equitativas, mediante prévio e integral conhecimento das cláusulas contratuais, evidenciando, inclusive, os dispositivos que imputem responsabilidades e penalidades;

(...)

O objetivo desta análise é verificar a aplicabilidade do projeto, a situação do cliente antes, durante e depois dos empréstimos, e como isto se refletiu em seus negócios e na comunidade local.

Importante destacar que todos os dados foram alterados e os nomes reais das pessoas, em respeito ao cliente, bem como sugere o Código De Defesa Do Consumidor Bancário, que prevê o sigilo dos dados do cliente, mantendo somente

os dados e os valores das operações para fins de análise e estudos sobre as liberações do MPO.

Os casos abaixo são provenientes da aplicabilidade pelo Banco do Brasil do MPO, oriundos de operações realizadas no Brasil todo, com diferentes ramos de atividades e necessidades, porém todos com o mesmo objetivo expandir seus negócios e lucrar mais.

Importante ressaltar, que os valores concedidos são distintos, enquanto, alguns têm a necessidade de tomar valores mais altos, outros com uma pequena parcela de valor já obtêm o objetivo esperado.

Outro ponto que merece destaque nas análises são os profissionais que tomam o empréstimo, a maioria é autônomo, profissional liberal, ou pequeno empreendedor sem um local fixo para realizar suas atividades, porém já com uma cliente fixa, o que prova que estas pessoas tem a capacidade de gerir seu negócio, o que lhes falta além do capital é uma orientação de como investir melhor para obter mais lucro e conquistar mais clientes.

Como o próprio título sugere, são empréstimos orientados, por isso o Banco Do Brasil, coleta todos os dados durante a visita, e após a tomada dos valores, para estudos e verificação dos resultados. Além de informar os efeitos positivos do MPO para o governo, mais pessoas ficam sabendo dos benefícios do programa. Com o intuito de fazer com que o pequeno e micro empreendedores tomem conhecimento do MPO e possam se beneficiar das suas facilidades e atributos, crescendo e fazendo crescer quem está ao seu redor, objetivo este também do Governo, que visa fazer com que o Brasil cresça mais e de forma orientada e produtiva (BANCO DO BRASIL, 2011).

4.5.1 Caso 1

Cliente: João da Silva
Município: Pedrinhas – SP
Atividade: Funilaria, pintura e lava rápido
Valor contratado: R\$ 2.750,00
Parcelas: 36
Finalidade: Investimento PJ
<p>Histórico: O Sr. João iniciou suas atividades há 15 anos, quando auxiliava seu pai em funilaria na cidade de Pedrinhas em SP. Trabalhando na informalidade começou a construir o prédio que hoje abriga sua oficina, sendo que todo o serviço de pedreiro foi realizado somente com a mão de obra da família. Em fev/2010, formalizou sua oficina de funilaria, e ampliou seus negócios com a pintura de veículos e lava rápido. Ele conta que está progredindo a cada dia, e já está em andamento mais um projeto que será inaugurado brevemente: o serviço de troca de óleo de veículos. O empreendedor é cliente do Banco do Brasil, e foi identificado, pelo sistema, como público alvo para contratação de MPO. Com a visita do funcionário tomou conhecimento dos benefícios do crédito. Após a identificação da necessidade do Sr. João, aquisição de equipamentos e ferramentas para ampliar o volume e qualidade dos serviços por ele prestados, interessou-se em contratar a operação de microcrédito. Com a liberação dos valores, o Sr. João, pode implementar melhorias em seu negócio, reduzindo de 08 para 02 horas na realização dos trabalhos de funilaria, aumentando sua produtividade e em consequência seus lucros.</p>

4.5.2 Caso 2

Cliente: Maria das Dores
Município: Areias - PI
Atividade: Salão de Beleza
Valor contratado: R\$ 5.000,00
Parcelas: 24
Finalidade: Capital de Giro PJ

Histórico: A senhora Maria das Dores, saiu do interior do Piauí ainda adolescente e foi estudar e trabalhar na capital. Há 12 anos, aprendeu o ofício de cabeleireira participando de vários cursos oferecidos pelo SENAI e SEBRAE, quando começou a atender suas próprias colegas de trabalho nos finais de semana. Atuando na informalidade, montou um pequeno salão de beleza na sala de sua casa. Em julho de 2010, formalizou seu salão e diversificou seus negócios com os serviços de maquiagem, colorimetria e limpeza de pele. Após ser identificada como público alvo para contratação de MPO, a cliente recebeu em seu estabelecimento o funcionário que lhe apresentou as vantagens do microcrédito. No momento da visita a Sra. Maria, manifestou necessidade de aquisição de maleta de maquiagem especial divulgada em um programa de moda na TV e de diversificar o portfólio de produtos e serviços para atrair novos clientes, além disso, o salão precisava de um novo visual. Com a efetivação do MPO, a Sra. Maria implementou melhorias em seu negócio, repaginando o visual do salão, garantindo o conforto dos clientes e o crescimento de sua empresa. Ele conta que está progredindo a cada dia, e já em andamento mais um novo projeto: o serviço de depilação. Para isso, ela poderá contar com o MPO novamente.

4.5.3 Caso 3

3 Cliente: Mercedes da Silva
Município: Rios - MG
Atividade: Costureira
Valor contratado: R\$2.700,00
Parcelas: 24
Finalidade: Microcrédito PF
Histórico: Costureira há 22 anos, a Sra. Mercedes, moradora de Rios, pólo de moda do interior de Minas, procurou sua agência de relacionamento alguns dias antes do lançamento do MPO pelo Banco do Brasil, necessitando de apoio financeiro em seu negócio de costura-facção. Foi atendida pelo funcionário responsável, que anotou os dados da cliente para contatá-la quando fosse lançado o MPO. No dia em que foi lançada a linha, dina Mercedes, foi surpreendida em sua residência pela visita do funcionário, para conhecer de perto o empreendimento e

oferece o crédito. O detalhe é que a cliente trabalhava com uma máquina de costura usada, alugada por R\$ 50,00/ mês, e com a contratação do microcrédito, ela adquiriu uma máquina nova com prestações de R\$ 41,76. Com o desenvolvimento do negócio a cliente adquiriu mais uma máquina, possibilitando melhorar ainda mais sua produtividade e ampliar o volume atendido.

4.5.4 Caso 4

Cliente: José Bezerra
Município: Jardins - RS
Atividade: Instalador de Som
Valor contratado: R\$2.200,00
Parcelas: 24
Finalidade: Microcrédito PF
Histórico: José trabalhava na área de informática, mas sua verdadeira paixão é trabalhar com som, mas precisamente com som automotivo. Ele relata que não sabe trabalhar com o que gosta, escuta, vive e respira som, e diz entender tudo do ramo. Há quatro anos trabalhando nessa atividade, está muito confiante no negócio que acaba de montar. Além do comércio de rádio, sensores, acessórios básicos relacionados à sonorização de carro, sua pequena loja é também especializada em aparelhos multimídia para carros, um ramo de negócio que tem crescido muito recentemente. O Sr. José relata que contar com os recursos iniciais do MPO e a orientação básica sobre como investir, permitiu que seu negócio tivesse o sucesso que tem hoje. Além de permitir o aumento de seu estoque sem ter que recorrer a fontes mais onerosas de investimento.

4.5.5 Caso 5

Cliente: Tereza da Luz
Município: Floresta – AM
Atividade: Feirante
Valor contratado: R\$1.900,00
Parcelas: 24

Finalidade: Microcrédito PF
Histórico: Dona Tereza, é vendedora de roupas e perfumes, ela trabalha de porta em porta nos bairros próximos a sua residência, e às expõe as mercadorias em um pequeno espaço cedido por uma amiga. Casou-se muito nova, e depois de ser abandonada pelo marido, teve que lutar pelo sustento de seus 2 filhos. Em outubro, orientada pelos funcionários, contratou o MPO, e com o valor do empréstimo, comprou bijuterias, perfumes e roupas para aproveitar o incremento das vendas de final de ano. O próximo passo será alugar um pequeno ponto para expandir suas atividades, e com o capital de giro, vender a crédito, auferindo maior receita. Esperando um retorno de 100% sobre o capital tomado.

4.5.6 Caso 6

Cliente: Pedro dos Santos
Município: Terras – GO
Atividade: Comércio Varejista de Equipamentos de Informática
Valor contratado: R\$ 15.000,00
Parcelas: 24
Finalidade: Investimento PJ
Histórico: Há 12 anos, o Sr. Pedro trabalhava como garçom e foi convidado por um amigo para abrir uma empresa de manutenção de computadores. Ele aceitou a proposta e logo depois comprou do amigo a parte da empresa. O empreendedor sempre desejou investir em seu próprio negócio, porém o medo dos juros altos o impediam de contratar operações de crédito. Em outubro de 2011, o funcionário do banco, procurou por Pedro e disse que desejava conhecer seu empreendimento. Ele estranhou, pois pensou que o Banco Do Brasil visitasse somente grandes empresas. Maior surpresa foi quando soube que, além de juros baixos, a linha estava sendo conjugada à consultoria oferecida pelo Banco. Contratou o MPO, ampliou o estoque de peças e adquiriu novas impressoras para aluguel. Animado com os resultados, admitiu um funcionário para ajudar na demanda do trabalho.

4.5.7 Caso 7

Cliente: Cecília de Souza
Município: Montanhas – BA
Atividade: Confeção de peças do vestuário
Valor contratado: R\$ 14.000,00
Parcelas: 30
Finalidade: Investimento PJ
Histórico: Dona Cecília, aprendeu sua atividade ainda menina, herança de sua avó, com que foi criada e sempre se preocupou em passar seus conhecimentos sobre a arte de corte e costura. O sonho de montar seu próprio negócio foi realizado em 1996 quando mudou-se para uma cidade promissora, sua atual residência. Situada em um dos principais pólos do agronegócio brasileiro. O Ateliê da dona Cecília, iniciou suas atividades fabricando peças de confecções em geral e em novembro de 2011 com a orientação do funcionário do Banco Do Brasil, surgiu a oportunidade de contratar o MPO, um investimento que pudesse ampliar os negócios, melhorar a qualidade das peças e gerar mais empregos, tudo isso com uma taxa de juros bem atrativa e viável para a cliente. A empreendedora está muito feliz com a aquisição de máquinas modernas e agradece ao MPO pela oportunidade de elevar a produção visando aumentar sua margem de lucros.

4.5.8 Caso 8

Cliente: Mara Feliz
Município: Palmeiras – CE
Atividade: Comércio Varejista de confecções e perfumaria
Valor contratado: R\$ 5.000,00
Parcelas: 18
Finalidade: Investimento PJ
Histórico: A Sra. Mara trabalhava informalmente no comércio varejista. Hoje, atua formalmente na mesma atividade há 3 anos. A cliente afirmou que sempre trabalhou pensando em oferecer o melhor atendimento e os melhores produtos aos seus clientes, porém nunca haviam lhe dado oportunidade e não esperava que nenhum

banco pudesse ajudá-la a investir para ampliar seus negócios. Recentemente foi visitada pelo funcionário do Banco Do Brasil, que informou-lhe das possibilidades do banco em viabilizar seus projetos e com taxas de juros mais atrativas. A cliente gostou das condições oferecidas e da assessoria prestada e se dispôs a fazer uma operação de Capital de Giro para adquirir mercadorias e outra operação de investimento para melhorar a estrutura física da loja, organização e ambiência do seus estabelecimento. A Sra. Mara surpreendeu-se com a visita e a importância que o banco deu ao seu negócio e acrescentou que agora vai crescer para valer.

4.5.9 Caso 9

Cliente: Paulo Antunes
Município: Coqueiros - AL
Atividade: Comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação
Valor contratado: R\$ 12.400,00
Parcelas: 24
Finalidade: Investimento PJ
Histórico: O Sr. Paulo trabalhava formalmente desde abril de 2008 com aparelhos e acessórios para celulares. Ele contou que sempre teve vontade de realizar melhorias em seu negócio, diversificando e ampliando a oferta de produtos, mas que não tinha conhecimento de linhas de crédito com taxas e prazos que se adequassem à realidade de sua empresa. A partir da visita do funcionário, que lhe informou das possibilidades do banco em viabilizar seus projetos com taxas de juros e prazos bem mais atrativos por meio do MPO, tudo mudou. O cliente gostou das condições oferecidas e da orientação prestada e se dispôs a fazer uma operação de Capital de Giro para adquirir algumas mercadorias, sendo um pequeno valor naquele momento por não possuir garantias suficientes para amparar valores maiores. Depois o cliente conseguiu garantias para contratar outra operação de giro num valor maior, e assim realizou melhorias na parte tecnológica e incrementou seu estoque com mercadorias novas, proporcionando mais opções à sua clientela. O Sr. Paulo ficou muito grato com a assistência financeira, com a orientação e acompanhamento, destacando a importância que o banco e o MPO deram ao seu negócio. Com este apoio ele espera ampliar ainda mais o desenvolvimento do seu

empreendimento.

4.5.10 Caso 10

10 Cliente: Mário Fortes
Município: Lagoa – GO
Atividade : Divulgação e Promoção
Valor contratado: R\$ 10.000,00
Parcelas: 36
Finalidade: Investimento PJ
Histórico: O Sr. Mário trabalha com publicidade na cidade de Lagoa, interior de Goiás. Formalizou-se como empreendedor individual no início de 2010. Atento aos clientes foco para aquisição da linha, um funcionário visitou o empreendedor, e mostrou-lhe as soluções disponibilizadas pelo MPO para o seu negócio, prestando a orientação na medida certa. O Sr. Mário tomou o empréstimo com a finalidade de ampliar a quantidade de caixas de som, graves, pirâmides e propiciar uma reforma completa no carro de som, que utiliza para fazer anúncios nas ruas da cidade e acompanhamento de festas e outros eventos. Com a elevação da demanda foi preciso contratar um funcionário, e conforme cita os negócios vão a todo vapor.

São diversas histórias e relatos sobre a influência e os benefícios que o microcrédito trás aos seus adquirentes. Mas um fator que merece destaque nos casos citados, é de com pequenos valores fazem a diferença. Conclui-se dessa forma que: os pequenos e micro empreendedores não precisam somente de dinheiro, mas de orientação sobre como investir em seus negócios. Um dos casos relata uma costureira que pagava aluguel de uma máquina de costura usada, e com a aquisição do MPO, pode comprar uma máquina nova pagando menos do que o aluguel. Este relato se assemelha ao encontrado pelo professor Yunus, nas comunidades locais em que visitou, onde uma mulher muito pobre pagava um valor alto para o fornecedor de material para fabricar seus cestos, sendo seu custo benefício quase zero, e com a nova modalidade de empréstimos ela pode comprar material mais barato, vender seus produtos, pagar a parcela do empréstimo e o principal, obter lucro em suas vendas.

O sucesso da construção de uma nação, do desenvolvimento de uma comunidade provém do investimento e da valorização do trabalho realizado pelas pessoas que ali vivem. O MPO mostra isto claramente, são pessoas humildes, pequenos empreendedores que sonham em ter seu negócio próprio, mas que não tem condições de arcar com as despesas das operações de crédito, das instituições financeiras, porém com valores mais baixos, e juros menores que cabem dentro de seus orçamentos, é possível realizar muita coisa.

As pessoas têm desejo de crescer e quando tem oportunidade para tal, farão de tudo para honrar seus compromissos.

Os casos anteriores, independente de ramo de atuação, cidade e local onde estão, demonstram isto, aqueles que tiveram a oportunidade de obter o microcrédito conseguiram prosperar de modo que muitas vezes nem esperavam, alguns contrataram mais funcionários, outros passaram a adquirir outras linhas de crédito, e alguns somente estão fazendo as reformas desejadas ou até mesmo regularizando seus negócios.

O MPO tem tudo para ser a alavanca de crescimento da economia de menor renda do país, pois possui todas as características para tal finalidade, juros baixos, orientação financeira, valores acessíveis, parcelas pequenas e acompanhamento das atividades. Pequenos empreendedores não precisam de muito para crescer, muitas vezes não é o valor tomado que os faz crescer, mas sim a confiança, a motivação, e a oportunidade de poder contar com uma instituição de respeito, os elevam economicamente.

O público de menor renda hoje está estimado em 2,5 milhões de pequenos empreendedores, que faturam em torno de R\$ 5 mil reais por mês, segundo informação da revista Exame: “O número de Empreendedores Individuais (EI) no Brasil deve chegar a quatro milhões em julho de 2014. Hoje, são cerca de 2.5 milhões de empresários com faturamento bruto de até 5 mil reais por mês no Brasil”.

Segundo a Revista Exame, já é esperado, que o número de pequenos empreendedores possa chegar a 4 milhões em 2014, sinal de que a economia do país continua crescendo e que mais pessoas estão saindo da informalidade, bom sinal para os economistas e para o setor financeiro.

Esta informação vem ao encontro do objetivo deste trabalho de pesquisa, onde se relata e descreve sobre a importância de investir nos pequenos empreendedores, que vem crescendo e ganhando espaço cada vez mais na

economia brasileira. O Microcrédito é o produto chave para ajudar neste crescimento e nessa fase tão importante que o país vem passando, investir na população de menor renda, orientar àqueles que não sabem que direção tomar e fazer com que prosperem são os principais objetivos do MPO. O que ficou muito claro nas histórias de quem pegou o MPO, pois se as pessoas crescem, os negócios prosperam e com isso o país também cresce.

Uma matéria exibida no jornal hoje destaca que no Brasil o número de micro empreendedores cresceu mais de 40% nos últimos e que ainda vai crescer muito mais, superando até mesmo o crescimento de outros grandes países. Conforme destaque na nota publicada no site do jornal:

O Brasil se destaca em relação à probabilidade de abrir um negócio nos próximos 05 anos. 19% dos entrevistados alegam ser muito provável esta hipótese. Se esta informação for comparada com a pesquisa GEM 2011, o Brasil fica atrás dos EUA (20%), à frente da União Européia (10%), China (9%), Coreia do Sul (8%) e Japão (4%).

Uma notícia como essa faz vem de encontro ao objetivo do microcrédito, dar oportunidade para todos aqueles que desejam crescer, e aumentar seus negócios de maneira produtiva e rentável.

Investir nessas pessoas, nesse mercado trás inúmeros benefícios para todos, sociedade, empresa, governo, instituições financeiras, todos saem ganhando, por isso a importância de se ter um produto disponível no mercado financeiro, que atenda as necessidades desses futuros empresários que estão entrando no mercado, com sede de vencer e obter sucesso, bem como para aqueles que ainda sonham ou planejam ter seu próprio negócio.

Ter um produto voltado para os que estão iniciando seus negócios é fundamental para que esta empresa não caia nas estatísticas das empresas que abrem e fecham as portas antes do 5 anos de vida, por falta de gestão e de recursos, na maior parte das vezes o que as faz falir não é a questão de gestão propriamente dita, mas sim os recursos mal geridos e investidos.

O MPO por ser de pequeno valor e orientado supre bem essas necessidades iniciais do pequeno empreendedor, pois fornece além dos recursos financeiros para que ele possa iniciar seu negócio, a orientação correta de como fazer e onde investir.

A maioria dos clientes, são pessoas físicas, autônomas, que tem experiência há muitos anos no que fazem, porém nunca tiveram a oportunidade ou chance de tomar um empréstimo junto a um banco, devido as altas taxas de juros, e a dificuldade de acesso ao crédito. Com o MPO, foi possível tornar realidade seus projetos de expansão e melhorias, de forma orientada e produtiva, objetivo do microcrédito, muito citado neste trabalho, que não é somente o de fornecer dinheiro para investimento, mas sim orientação e acompanhamento de como da melhor maneira para se chegar aos objetivos traçados.

Segundo análise dos estudos do Banco do Brasil, é importante destacar que MPO não tem objetivo assistencialista, como outras bolsas do governo, ele tem o papel de fomentar a economia, estimular o crescimento da população, promover a bancarização dos menos favorecidos contribuir para a erradicação extrema da pobreza, estimular a cadeia produtiva, ou seja, ser a solução para os negócios e a economia e os pequenos empreendedores crescerem de forma organizada, orientada e lucrativa. (Banco Do Brasil, 2011)

4.6 ANÁLISE FINANCEIRA DO MPO

Após analisar os casos verídicos sobre o resultado do MPO, deve ser analisado outro fator importante sobre a linha de crédito. Os valores liberados.

São pequenos empréstimos, com parcelas que chegam muitas vezes, ao valor da parcela de um aluguel que o cliente paga.

A linha tem um teto máximo de R\$ 15.000,00, estipulado pela Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, destacado no início deste trabalho, mas o que se observa na maioria dos casos, é que os valores tomados são muito menores do que o total, chegando apenas a 10% ou 5 % do valor total, o que significa que estes empreendedores que recorrem ao MPO, não precisam somente do dinheiro, mas sim de orientação de como usá-la para obter mais lucro.

Segundo dados compilados pelo Banco Do Brasil, como mostra a tabela de Liberações de operações, num período de três meses, comprovam-se estas informações, pois os valores estimados para liberação mensal do microcrédito são ultrapassados semanalmente.

Do mesmo modo que nota-se na evolução do tempo que os valores liberados são cada vez maiores, isto quer dizer que as pessoas estão crescendo

mais, prosperando e elevando a qualidade de vida e a melhoria daquela comunidade, e daqueles que ali vivem. (BANCO DO BRASIL, 2011).

Juntamente com o Banco do Brasil, o MPO prova na prática que contribuiu significativamente para o crescimento do público de menor renda, o dinheiro injetado retorna em forma de lucros e melhorias tanto para o pequeno empreendedor, quanto para o banco que cedeu o dinheiro, como para aqueles que fazem parte da cadeia do microcrédito.

O período analisado foi de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Os dados são reais, de casos de pessoas que tomaram o empréstimo e obtiveram sucesso. (BANCO DO BRASIL, 2011).

Relata o Banco do Brasil que neste tempo o MPO só foi aumentando o número de liberações, e tomadores, sinal de que é um produto bem aceito e bem visto pelos empreendedores e que tem cumprido seu papel de fomentar a economia e ajudar aqueles que desejam sair da informalidade ou melhorar seus negócios. Aliado ao fator de crescimento do número de empresários no país, ao longo dos anos. Hoje se forem analisados estes números com certeza, estarão elevados, e com um número bem maior de adquirentes.

TABELA 2 - Desembolso De MPO no PR

LIBERAÇÕES (Desembolso) DE MPO NO ESTADO DO PARANÁ					
Período de Nov de 2011 a Jan de 2012					
Mês	Quant.	Total PF+PJ		Orçado	Atingido %
		Valor			
NOV	1046	R\$	5.095,241	7803,284	64,89
	1251	R\$	6.861,170	7803,284	79,98
	1445	R\$	7.800,686	7803,284	89,38
	1749	R\$	9.418,079	7803,284	103,39
DEZ	2076	R\$	11.027,507	7803,284	123,53
	2305	R\$	12.205,486	10258,251	110,88
	2528	R\$	13.163,376	10258,251	122,75
	2652	R\$	13.760,910	10258,251	127,62
JAN	2780	R\$	14.409,452	10258,251	134,58
	2859	R\$	14.671,146	10258,251	136,30
	1818	R\$	15.410,297	10258,251	138,10
	1885	R\$	15.713,370	10258,251	141,02

FONTE: BANCO DO BRASIL (2011).



GRAFICO 4 – Desembolso de MPO no PR. FONTE: BANCO DO BRASIL (2011).

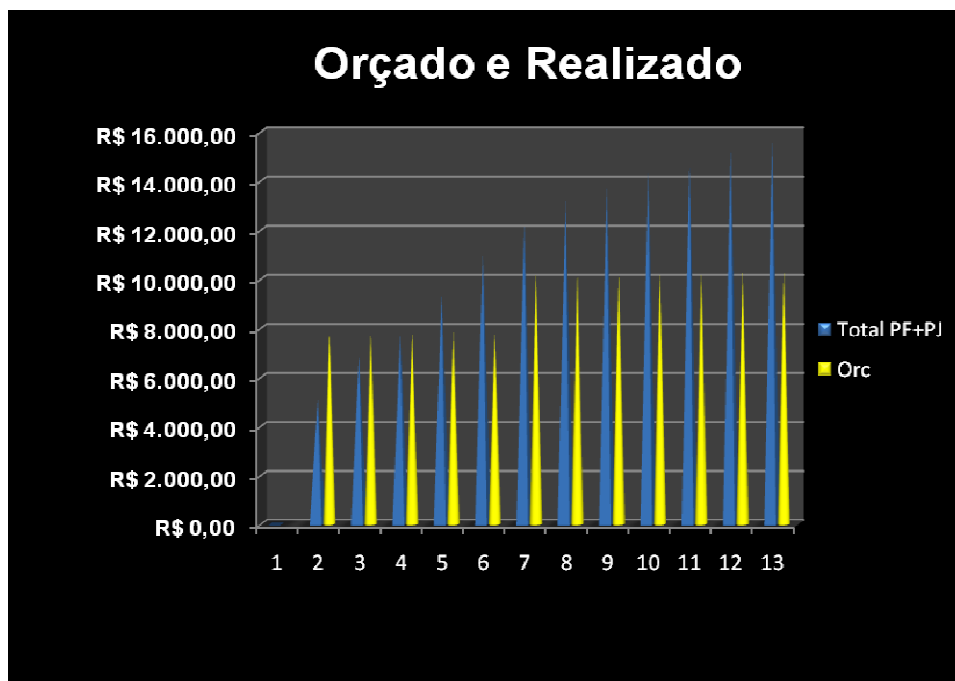


GRAFICO 5 – Orçado x Realizado MPO. FONTE: BANCO DO BRASIL (2011).

5 CONCLUSÕES

Conforme observado, O Microcrédito Produtivo Orientado é um excelente recurso para os pequeno e micro empreendedores que desejam expandir seus negócios, e para àqueles que desejam sair da informalidade.

Os empréstimos concedidos tem por finalidade não só sanar as dificuldades financeiras daqueles que recorrem ao banco, mas também e principalmente orientá-los quanto à melhor forma de se aplicar o dinheiro, para se obter lucro e crescimento conforme planejado.

Conclui-se isto nos estudos de caso apresentados pelo banco, onde são relatadas histórias verídicas de quem tomou os empréstimos e obteve êxito nos negócios.

Verificou-se que os pequeno e micro empreendedores não precisam somente de dinheiro, mas de orientação e acompanhamento, de quem sabe onde e como investir o dinheiro de forma a obter maior rentabilidade.

A conclusão final deste trabalho de pesquisa e estudos de casos reais é a de que o MPO tem tudo para ser o produto do futuro, a mola propulsora para o desenvolvimento daqueles que não tem acesso aos serviços bancários, fornecendo uma linha de crédito com taxas e juros mais baixos, para que o público alvo do microcrédito possa investir em seus negócios, e com isso elevar a renda da população, estimulando, dessa forma, a economia local, e contribuindo de forma geral para o crescimento do país como um todo, e o mais importante, mostrando que esta fatia de mercado tem valor e potencial para se tornarem empresas rentáveis, sustentáveis e lucrativas.

O MPO não deve ser visto apenas como uma concessão de empréstimos aqueles que não condições de pagar juros altos e nem mesmo tomar valores, o microcrédito surge como uma proposta, uma chance para aqueles que desejam melhorar de vida, realizar um sonho, regularizar seu negócio, o MPO vem para contribuir orientar os pequeno e micro empreendedores, que hoje podem não ser bem vistos pelo mercado, mas que amanhã com certeza serão o futuro desta nação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. **As Sete Virtudes do Líder Amoroso**. Editora Canção Nova. São Paulo, SP. 2008.

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro. Campus, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB (2010) **Relatório de inclusão financeira**. Vol. 1 No.1. Brasília.

BANCO DO NORDESTE. Crediamigo. Disponível em:<<http://www.banconordeste.gov.br/crediamigo/>. Acesso em 20/04/2012.

BARONE, F.M. **Introdução ao Microcrédito**: Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BATISTA, E. **O X da Questão**. 1ª Ed. Editora Sextante. Rio de Janeiro, RJ. 2011.
BANCO DO BRASIL. Disponível em:<[Banco do Brasil.com.br/portal Banco do Brasil/](http://Banco.do.Brasil.com.br/portal/Banco.do.Brasil/)>. Acesso em 06/04/2012.

BRASIL. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 26 mar.2005. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em: 06/04/2012.

BELL, J. **Como realizar um projeto de Investigação**. 3 Ed.Gradiva. Lisboa.

CAEPEMA. Disponível em: <http://www.ceapema.org.br/Innovares/>. Acesso em 10/04/2012.

CALADO, C. **Metodologia da Investigação I**. DEFCULT. 2004/2005.

CALDAS, E. L. **Experiências de microcrédito**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23. 1999. Foz do Iguaçu (PR). Anais... Rio de Janeiro: ANPAD. 1999

CHAIA, A. J. **Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Administração), FEA-IPE/USP, São Paulo, 2003.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR BANCÁRIO.Disponível em:<www.procon.mt.gov.br>. Acesso em 20/04/2013.

COLOZZI, C. G. **Modelo de Gestão para Auto-Sustentabilidade Financeira de Instituições de Micro finanças** - Estudo de Caso OSCIP São Paulo Confia, 2008.

FLORES, J. **Análises de dados qualitativos – Aplicaciones a La investigación en ciencias**

GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Barbra, 1997.

JORNAL HOJE. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/03/numero-de-empreendedores-do-pais-cresce-mais-de-40-nos-ultimos-anos.html>>. Acesso em 18/06/2013.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração – Da revolução urbana à revolução digital**. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2009.

REVISTA EXAME. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/brasil-tera-4-milhoes-de-empreendedores-ate-2014-diz-sebrae>. Acesso em 02/04/2013.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do século XXI**. Edição revista e atualizada do novíssimo Dicionário de Economia. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 2005.

SANTOS, J. O. **Análise de Crédito: empresas e pessoas físicas**. 2ª Ed. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

SEBRAE SP. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em 17/03/2013.

SOCIEDADE RACIONALISTA. Disponível em: <http://sociedaderacionalista.org/2011/11/01/discussao-sobre-as-vantagens-e-desvantagens-das-abordagens-qualitativas-e-quantitativas-para-a-pesquisa/>. Acesso em 24/06/2013.

UNIÃO NORDESTINA DE ASSISTÊNCIA A PEQUENAS ORGANIZAÇÕES . Disponível em: <portal.mte.gov.br/data/files/.../o_programa_uno.pdf>. Acesso em 10/04/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Referências**. Curitiba. Editora UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos 6).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, Dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba. Editora UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos 2).

YUNUS, M; Jolis, A. **O Banqueiro do Pobres – A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. 1ª Ed. Editora Ática. São Paulo, SP. 2011.

ANEXOS

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Micro empreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captada pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os micro empreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

§ 4º São recursos destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO os provenientes: (Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010)

I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

II - da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

III - do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

IV - de outras fontes alocadas para o PNMPO pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado, de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 5º São instituições financeiras autorizadas a operar no PNMPO:

I - com os recursos do FAT, as instituições financeiras oficiais, de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; e

II - com a parcela dos recursos de depósitos bancários a vista, as instituições relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, na redação dada pelo art. 11 desta Lei.

III - com fontes alocadas para as operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Pronaf, para as instituições autorizadas a operar com esta modalidade de crédito. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 6º Para os efeitos desta Lei, são instituições de microcrédito produtivo orientado:

I - as cooperativas singulares de crédito;

II - as agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;

III - as sociedades de crédito a micro empreendedor, de que trata a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001; e

IV - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 7º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento de que trata o inciso II do § 6º deste artigo, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito também poderão atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras definidas no § 5º deste artigo para as instituições de microcrédito produtivas orientadas definidas no § 6º deste artigo.

Art. 2º As instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei atuarão no PNMPO por intermédio das instituições de microcrédito produtivo orientado nominadas no § 6º do art. 1º por meio de repasse de recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito que se enquadrarem nos critérios exigidos pelo PNMPO e em conformidade com as Resoluções do Conselho Deliberativo do

Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat e do Conselho Monetário Nacional – CMN.

§ 1º Para atuar diretamente no PNMPPO, as instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei deverão constituir estrutura própria para o desenvolvimento desta atividade, devendo habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego demonstrando que suas operações de microcrédito produtivo orientado serão realizadas em conformidade com o § 3º do art. 1º desta Lei. (Renumerado pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 2º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf com agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, desde que obedeçam à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPPO. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

§ 3º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 2º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços: (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de poupança; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos e de financiamentos; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

III - análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral; (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

IV - execução de serviços de cobrança não judicial. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, no âmbito de suas respectivas competências, disciplinarão:

I - as condições de repasse de recursos e de aquisição de operações de crédito das instituições de microcrédito produtivo orientado pelas instituições financeiras operadoras;

II – as condições de financiamento das instituições de microcrédito produtivo aos tomadores finais dos recursos, estabelecendo, inclusive, estratificação

por renda bruta anual que priorize os segmentos de mais baixa renda dentre os beneficiários do PNMPO;

III – os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado no PNMPO, dentre os quais deverão constar:

a) cadastro e termo de compromisso no Ministério do Trabalho e Emprego;

b) plano de trabalho a ser aprovado pela instituição financeira, que deverá conter, dentre outros requisitos, definição da metodologia de microcrédito produtivo orientado a ser utilizada, da forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e dos índices de desempenho;

IV – os requisitos para a atuação dos bancos de desenvolvimento, das agências de fomento, dos bancos cooperativos e das centrais de cooperativas de crédito na intermediação de recursos entre as instituições financeiras e as instituições de microcrédito produtivo orientado.

§ 1º Quando a fonte de recursos utilizados no PNMPO for proveniente do FAT, o Codefat, além das condições de que trata o **caput** deste artigo, deverá definir:

I - os documentos e informações cadastrais exigidos em operações de microcrédito;

II - os mecanismos de fiscalização e de monitoramento do PNMPO;

III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado e nos tomadores finais dos recursos; e

IV - as condições diferenciadas de depósitos especiais de que tratam o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; o art. 4º da Lei nº 8.999, de 24 de fevereiro de 1995; e o art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999.

§ 2º As operações de crédito no âmbito do PNMPO poderão contar com a garantia do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – Funproger, instituído pela Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, observadas as condições estabelecidas pelo Codefat.

Art. 4º Fica permitida a realização de operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, no âmbito do PNMPPO, sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, a serem definidas pelas instituições financeiras operadoras, observadas as condições estabelecidas em decreto do Poder Executivo.

Art. 4º-A. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** fica limitada a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) por ano. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 2º A subvenção de que trata o **caput** será concedida: (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

I - às instituições financeiras relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

II - aos bancos de desenvolvimento; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

III - às agências de fomento de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; e(Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

IV - às instituições elencadas nos incisos I e III do § 6º do art. 1º, desde que por intermédio e responsabilidade dos agentes referidos nos incisos I a III do **caput** deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 3º O pagamento da subvenção, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira recebedora da subvenção, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 4º A equalização de parte dos custos de que trata o **caput** corresponderá à montante fixo por operação contratada de microcrédito produtivo orientado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 5º Caberá ao Ministério da Fazenda: (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

I - estabelecer os critérios a serem observados pelas instituições financeiras nas operações de microcrédito produtivo orientado para fazer jus à subvenção; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

II - definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção; (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

III - respeitada a dotação orçamentária reservada a esta finalidade, estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira; e (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

IV - divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida, por instituição financeira, indicando, no mínimo, e desde que satisfeita à exigência constante do § 6º, o valor total da subvenção, o valor médio da equalização de juros praticada e o número de beneficiados por instituição financeira e por Unidade da Federação. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

§ 5º As instituições financeiras participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realizadas, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

Art. 4º-C. Cabe ao Banco Central do Brasil acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 554, de 2011)

Art. 5º O Ministério do Trabalho e Emprego poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos que objetivem a cooperação técnico-científica com órgãos do setor público e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do PNMPO.

Art. 6º Fica criado o Comitê Interministerial do PNMPO para subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, receber, analisar e elaborar proposições direcionadas ao Codefat e ao CMN, de acordo com suas respectivas atribuições, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a composição, organização e funcionamento do Comitê.

Art. 7º A alínea a do § 2º do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11”.....

.....

§ 2º.....

a) por intermédio da destinação de aplicações financeiras, em agentes financeiros públicos ou privados, para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte; para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito e aquisição de carteiras de crédito destinadas a sociedades de crédito ao micro empreendedor, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e a organizações da sociedade civil de interesse público que se dedicam a sistemas alternativos de crédito, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e para lastrear operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado;

..... "....." (NR)

Art. 8º O **caput** do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 8o.".....

.....

VIII - nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil.

....." (NR)

Art. 9º O § 3º do art. 2º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2o.".....

.....

§ 3º O limite estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo poderá ser ampliado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, mediante proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, até o valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)." (NR)

Art. 10. O inciso I do **caput** do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza

profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;

..... "....." (NR)

Art. 11. O **caput** do art. 1º e o inciso VI do art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art." 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados, observadas as seguintes condições:

..... "....." (NR)

"Art. 2o."

.....

VI - o valor máximo do crédito por cliente;

..... "...." (NR)

Art. 12. Fica a União autorizada, exclusivamente para a safra 2004/2005, a conceder cobertura do Seguro da Agricultura Familiar – "Proagro Mais" a agricultores que não efetuaram, em tempo hábil, a comunicação ao agente financeiro do cultivo de produto diverso do constante no instrumento de crédito, desde que este produto substituto seja passível de amparo pelo "Proagro Mais" e o respectivo Município haja decretado estado de calamidade ou de emergência em função da estiagem, devidamente reconhecido pelo governo federal.

Parágrafo único. O CMN disciplinará a aplicação da excepcionalidade de que trata este artigo, definindo as demais condições e realizando as necessárias adequações orçamentárias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Polocci Filho

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.4.2005.

7.2 LEI COMPLEMENTAR Nº 139, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 4º, 9º, 16, 18-B, 18-C, 21, 24, 26, 29, 32, 33, 34 e 39 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações: (Vigência)

“Art. 4º

§ 1º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do Micro empreendedor Individual (MEI) de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo CGSIM, observado o seguinte:

I - poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM; e

II - o cadastro fiscal estadual ou municipal poderá ser simplificado ou ter sua exigência postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa.

§ 2º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 9º “

.....

§ 3º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referidas no **caput**, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 12 (doze) meses poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários,

taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º.

§ 4º A baixa referida no § 3º não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores.

.....

§ 10. No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, o MEI poderá, a qualquer momento, solicitar a baixa nos registros independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 11. A baixa referida no § 10 não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados do titular impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pela empresa ou por seu titular.

§ 12. A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 10 importa assunção pelo titular das obrigações ali descritas.” (NR)

“Art. 16.

.....

§ 1º-A. A opção pelo Simples Nacional implica aceitação de sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a:

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir avisos em geral.

§ 1º-B. O sistema de comunicação eletrônica de que trata o § 1º-A será regulamentado pelo CGSN, observando-se o seguinte:

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - a comunicação feita na forma prevista no **caput** será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - a ciência por meio do sistema de que trata o § 1º-A com utilização de certificação digital ou de código de acesso possuirá os requisitos de validade;

IV - considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação; e

V - na hipótese do inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º-C. A consulta referida nos incisos IV e V do § 1º-B deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal a que se refere o inciso I do § 1º-B, ou em prazo superior estipulado pelo CGSN, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 1º-D. Enquanto não editada a regulamentação de que trata o § 1º-B, os entes federativos poderão utilizar sistemas de comunicação eletrônica, com regras próprias, para as finalidades previstas no § 1º-A, podendo a referida regulamentação prever a adoção desses sistemas como meios complementares de comunicação.

.....” (NR)

“Art. 18-B.

§ 1º Aplica-se o disposto no **caput** em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º não se aplica quando presentes os elementos da relação de emprego, ficando a contratante sujeita a todas as obrigações dela decorrentes, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias.” (NR)

“Art. 18-C.

§ 1º Na hipótese referida no **caput**, o MEI:

I - deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pelo CGSN;

II - é obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo CGSN; e

III - está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do **caput** do art. 13, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no **caput**, na forma e prazos estabelecidos pelo CGSN.

§ 2º Para os casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º O CGSN poderá determinar, com relação ao MEI, a forma, a periodicidade e o prazo:

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º do art. 26;

II - do recolhimento dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, bem como do FGTS e da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado.

§ 4º A entrega da declaração única de que trata o inciso I do § 3º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparados que contratam empregados, inclusive as relativas ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

§ 5º Na hipótese de recolhimento do FGTS na forma do inciso II do § 3º, deve-se assegurar a transferência dos recursos e dos elementos identificadores do recolhimento ao gestor desse fundo para crédito na conta vinculada do trabalhador.”
(NR)

“Art. 21”.....

.....

§ 5º O CGSN regulará a compensação e a restituição dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

§ 6º O valor a ser restituído ou compensado será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

(Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

§ 7º Os valores compensados indevidamente serão exigidos com os acréscimos moratórios de que trata o art. 35.

§ 8º Na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade de declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada no percentual previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.

§ 9º É vedado o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional.

§ 10. Os créditos apurados no Simples Nacional não poderão ser utilizados para extinção de outros débitos para com as Fazendas Públicas, salvo por ocasião da compensação de ofício oriunda de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do Simples Nacional.

§ 11. No Simples Nacional, é permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo.

§ 12. Na restituição e compensação no Simples Nacional serão observados os prazos de decadência e prescrição previstos na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 13. É vedada a cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional.

§ 14. Aplica-se aos processos de restituição e de compensação o rito estabelecido pelo CGSN.

§ 15. Compete ao CGSN fixar critérios, condições para rescisão, prazos, valores mínimos de amortização e demais procedimentos para parcelamento dos recolhimentos em atraso dos débitos tributários apurados no Simples Nacional, observado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 35 e ressalvado o disposto no § 19 deste artigo.

§ 16. Os débitos de que trata o § 15 poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais, na forma e condições previstas pelo CGSN.

§ 17. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 18. Será admitido parcelamento de débitos constantes de parcelamento em curso ou que tenha sido rescindido, podendo ser incluídos novos débitos, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 19. Os débitos constituídos de forma isolada por parte de Estado, do Distrito Federal ou de Município, em face de ausência de aplicativo para lançamento unificado, relativo a tributo de sua competência, que não estiverem inscritos em Dívida Ativa da União, poderão ser parcelados pelo ente responsável pelo lançamento de acordo com a respectiva legislação, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 20. O pedido de parcelamento deferido importa confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial.

§ 21. Serão aplicadas na consolidação as reduções das multas de lançamento de ofício previstas na legislação federal, conforme regulamentação do CGSN.

§ 22. O repasse para os entes federados dos valores pagos e da amortização dos débitos parcelados será efetuado proporcionalmente ao valor de cada tributo na composição da dívida consolidada.

§ 23. No caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 24. Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou prosseguimento da execução, conforme o caso, até deliberação do CGSN, a falta de pagamento:

I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais.” (NR)

“Art. 24.

Parágrafo único. Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 26”.

.....

§ 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do **caput**, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

.....

§ 6º

.....

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo MEI para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

§ 7º Cabe ao CGSN dispor sobre a exigência da certificação digital para o cumprimento de obrigações principais e acessórias por parte da microempresa, inclusive o MEI, ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, inclusive para o recolhimento do FGTS.” (NR)

“Art. 29”.

.....

XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do **caput** do art. 26;

XII - omitir de forma reiterada da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço.

.....

§ 6º Nas hipóteses de exclusão previstas no **caput**, a notificação:

I - será efetuada pelo ente federativo que promoveu a exclusão; e

II - poderá ser feita por meio eletrônico, observada a regulamentação do CGSN.

§ 7º (Revogado).

§ 8º A notificação de que trata o § 6º aplica-se ao indeferimento da opção pelo Simples Nacional.

§ 9º Considera-se prática reiterada, para fins do disposto nos incisos V, XI e XII do **caput**:

I - a ocorrência, em 2 (dois) ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos 5 (cinco) anos-calendário, formalizadas por intermédio de auto de infração ou notificação de lançamento; ou

“II - a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo.” (NR)

“Art. 32”.

.....

§ 3º Aplica-se o disposto no **caput** e no § 1º em relação ao ICMS e ao ISS à empresa impedida de recolher esses impostos na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites a que se referem os incisos I e II do **caput** do art. 19, relativamente ao estabelecimento localizado na unidade da Federação que os houver adotado.” (NR)

“Art. 33.

.....

§ 1º-A. Dispensa-se o convênio de que trata o § 1º na hipótese de ocorrência de prestação de serviços sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município.

§ 1º-B. A fiscalização de que trata o **caput**, após iniciada, poderá abranger todos os demais estabelecimentos da microempresa ou da empresa de pequeno porte, independentemente da atividade por eles exercida ou de sua localização, na forma e condições estabelecidas pelo CGSN.

§ 1º-C. As autoridades fiscais de que trata o **caput** têm competência para efetuar o lançamento de todos os tributos previstos nos incisos I a VIII do art. 13,

apurados na forma do Simples Nacional, relativamente a todos os estabelecimentos da empresa, independentemente do ente federado instituidor.

§ 1º-D. A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

.....” (NR)

“Art. 34. (VETADO).”

“Art. 39”. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento, o indeferimento da opção ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

.....

§ 4º A intimação eletrônica dos atos do contencioso administrativo observará o disposto nos §§ 1º-A a 1º-D do art. 16.

§ 5º A impugnação relativa ao indeferimento da opção ou à exclusão poderá ser decidida em órgão diverso do previsto no **caput**, na forma estabelecida pela respectiva administração tributária.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o CGSN poderá disciplinar procedimentos e prazos, bem como, no processo de exclusão, prever efeito suspensivo na hipótese de apresentação de impugnação, defesa ou recurso.” (NR)

Art. 2º Os arts. 1º, 3º, 17, 18, 18-A, 19, 20, 25, 30, 31, 41 e 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações: (Vigência)

“Art. 1º “.....

.....

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

..... ”.....” (NR)

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

(Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

.....

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

.....

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do **caput** fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do **caput**.

§ 10. A empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassar o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 11. Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e os respectivos Municípios adotarem um dos limites previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 19 e no art. 20, caso a receita bruta auferida pela empresa durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse 1/12 (um doze avos) do limite estabelecido multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período, a empresa não poderá recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, relativos ao estabelecimento

localizado na unidade da federação que os houver adotado, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 12. A exclusão de que trata o § 10 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite referido naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos da exclusão dar-se-ão no ano-calendário subsequente.

§ 13. O impedimento de que trata o § 11 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) dos respectivos limites referidos naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos do impedimento ocorrerão no ano-calendário subsequente.

§ 14. Para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do **caput** ou no § 2º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual.

§ 15. Na hipótese do § 14, para fins de determinação da alíquota de que trata o § 1º do art. 18, da base de cálculo prevista em seu § 3º e das majorações de alíquotas previstas em seus §§ 16, 16-A, 17 e 17-A, será considerada a receita bruta total da empresa nos mercados interno e externo.” (NR)

“Art. 17”.

.....

XV - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS;

XVI - com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível.

.....

§ 4º Na hipótese do inciso XVI do **caput**, deverá ser observado, para o MEI, o disposto no art. 4º desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 18.....

.....

§ 14. (VETADO).

.....

§ 15-A. As informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15:

I - têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas; e

II - deverão ser fornecidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o vencimento do prazo para pagamento dos tributos devidos no Simples Nacional em cada mês, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior.

§ 16. Na hipótese do § 12 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 10 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 16-A. O disposto no § 16 aplica-se, ainda, às hipóteses de que trata o § 9º do art. 3º, a partir do mês em que ocorrer o excesso do limite da receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos da exclusão.

§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 11 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 17-A. O disposto no § 17 aplica-se, ainda, à hipótese de que trata o § 1º do art. 20, a partir do mês em que ocorrer o excesso do limite da receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos do impedimento.

.....

§ 24. Para efeito de aplicação do Anexo V desta Lei Complementar, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, incluídas retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o FGTS.

§ 25. Para efeito do disposto no § 24 deste artigo, deverão ser consideradas tão somente as remunerações informadas na forma prevista no inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 26. Não são considerados, para efeito do disposto no § 24, valores pagos a título de aluguéis e de distribuição de lucros, observado o disposto no § 1º do art. 14.” (NR)

“Art. 18-A.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

§ 3º

.....

III - não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abranjam integralmente a faixa de receita bruta anual até o limite previsto no § 1º;

.....

VI - sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º do art. 13, o MEI terá isenção dos tributos referidos nos incisos I a VI do **caput** daquele artigo, ressalvado o disposto no art. 18-C.

.....

§ 4º-A. Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no **caput** o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

§ 4º-B. O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

.....

§ 13. O MEI está dispensado, ressalvado o disposto no art. 18-C desta Lei Complementar, de:

I - atender o disposto no inciso IV do **caput** do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II - apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e

III - declarar ausência de fato geradora para a Caixa Econômica Federal para emissão da Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS.

.....

§ 15. A inadimplência do recolhimento do valor previsto na alínea “a” do inciso V do § 3º tem como consequência a não contagem da competência em atraso para fins de carência para obtenção dos benefícios previdenciários respectivos.

§ 16. O CGSN estabelecerá, para o MEI, critérios, procedimentos, prazos e efeitos diferenciados para desenquadramento da sistemática de que trata este artigo, cobrança, inscrição em dívida ativa e exclusão do Simples Nacional.

§ 17. A alteração de dados no CNPJ informada pelo empresário à Secretaria da Receita Federal do Brasil equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento da sistemática de recolhimento de que trata este artigo, nas seguintes hipóteses:

I - alteração para natureza jurídica distinta de empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

II - inclusão de atividade econômica não autorizada pelo CGSN;

III - abertura de filial.” (NR)

“Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação de sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:

I - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 35% (trinta e cinco por cento), ou até 50% (cinquenta por cento), ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do **caput** do art. 3º;

II - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 50% (cinquenta por cento) ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do **caput** do art. 3º; e

.....
 § 2º A opção prevista nos incisos I e II do **caput**, bem como a obrigatoriedade prevista no inciso III do **caput**, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente, salvo deliberação do CGSN.

.....” (NR)

“Art. 20.

§ 1º A empresa de pequeno porte que ultrapassar os limites a que se referem os incisos I ou II do **caput** do art. 19 estará automaticamente impedida de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, a partir do mês subsequente ao que tiver ocorrido o excesso, relativamente aos seus estabelecimentos localizados na unidade da Federação que os houver adotado, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 13 do art. 3º.

§ 1º-A. Os efeitos do impedimento previsto no § 1º ocorrerão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado não for superior a 20% (vinte por cento) dos limites referidos.

.....” (NR)

“Art. 25. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo CGSN e observado o disposto no § 15-A do art. 18.

.....” (NR)

“Art. 30.

.....

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º do art. 3º;

IV - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º, quando não estiver no ano-calendário de início de atividade.

§ 1º

.....

III - na hipótese do inciso III do **caput**:

a) até o último dia útil do mês seguinte àquele em que tiver ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao de início de atividades, caso o excesso seja inferior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite;

IV - na hipótese do inciso IV do **caput**:

a) até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º.

.....

§ 3º A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses:

I - alteração de natureza jurídica para Sociedade Anônima, Sociedade Empresária em Comandita por Ações, Sociedade em Conta de Participação ou Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira;

II - inclusão de atividade econômica vedada à opção pelo Simples Nacional;

III - inclusão de sócio pessoa jurídica;

IV - inclusão de sócio domiciliado no exterior;

V - cisão parcial; ou

VI - extinção da empresa.” (NR)

“Art. 31.

III -

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º;

.....

V - na hipótese do inciso IV do **caput** do art. 30:

a) a partir do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3º;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3º.

§ 2º Na hipótese dos incisos V e XVI do **caput** do art. 17, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito ou do cadastro fiscal no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da comunicação da exclusão.

§ 3º O CGSN regulamentará os procedimentos relativos ao impedimento de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites estabelecidos na forma dos incisos I ou II do art. 19 e do art. 20.

.....” (NR)

“Art. 41.

.....

§ 2º Os créditos tributários oriundos da aplicação desta Lei Complementar serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no inciso V do § 5º deste artigo.

.....

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos impostos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações prestadas:

I - no sistema eletrônico de cálculo dos valores devidos no Simples Nacional de que trata o § 15 do art. 18;

II - na declaração a que se refere o art. 25.

§ 5º

.....

IV - o crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado exclusivamente em face de descumprimento de obrigação acessória, observado o disposto no § 1º-D do art. 33.

V - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de que trata o § 16 do art. 18-A.” (NR)

“Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei

Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A.” (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 38-A e 79-E: (Vigência)

“Art. 38-A. O sujeito passivo que deixar de prestar as informações no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15 do art. 18, no prazo previsto no § 15-A do mesmo artigo, ou que as prestar com incorreções ou omissões, será intimado a fazê-lo, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo CGSN, e sujeitar-se-á às seguintes multas, para cada mês de referência:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, a partir do primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores, incidentes sobre o montante dos impostos e contribuições decorrentes das informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15 do art. 18, ainda que integralmente pago, no caso de ausência de prestação de informações ou sua efetuação após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2º deste artigo; e

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do **caput**, será considerado como termo inicial o primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores e como termo final a data da efetiva prestação ou, no caso de não prestação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada mês de referência.

§ 3º Aplica-se ao disposto neste artigo o disposto nos §§ 2º, 4º e 5º do art. 38.

§ 4º O CGSN poderá estabelecer data posterior à prevista no inciso I do **caput** e no § 1º.”

“Art. 79-E. A empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2011 que durante o ano-calendário de 2011 auferir receita bruta total anual entre R\$ 2.400.000,01 (dois milhões, quatrocentos mil reais e um centavo) e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) continuará

automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante.”

Art. 4º Os Anexos I a V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a redação constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar. (Vigência)

Art. 5º O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial da União, no mês de janeiro de 2012, a íntegra da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações resultantes das Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, 128, de 19 de dezembro de 2008, 133, de 28 de dezembro de 2009, e as resultantes desta Lei Complementar.

Art. 6º Revogam-se os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - a partir da publicação desta Lei Complementar: o § 2º do art. 4º e o § 7º do art. 29;

II - (VETADO).

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos arts. 2º a 4º, os quais produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Brasília, 10 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.11.2011

7.3 RESOLUCAO N. 004000

RESOLUCAO N. 004000, de 25 de Agosto de 2011

Altera e consolida as normas que dispõem sobre a realização de operações de micro crédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº4. 595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de agosto de 2011, com base nos arts. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, 2º e 3º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e no Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004,

R E S O L V E U:

Art. 1º Os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicados, em operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedor, valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição.

Parágrafo único. Não devem ser considerados no cálculo da exigibilidade:

I - os depósitos à vista captados por instituições financeiras públicas federais e estaduais:

- a) dos respectivos governos; e
- b) de autarquias e de sociedades de economia mista de cujos capitais participem majoritariamente os respectivos governos;

II - os depósitos à vista captados pelas instituições financeiras públicas estaduais titulados por entidades públicas municipais da respectiva unidade federativa.

Art. 2º Para efeito do disposto nesta Resolução consideram-se operações de microcrédito as realizadas com:

- I - população de baixa renda:
 - a) pessoas naturais que se enquadrem no art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 111, de seis de julho de 2001;

b) pessoas naturais detentoras de contas especiais de depósitos de que trata a Resolução nº 3.211, de 30 de junho de 2004;

c) pessoas naturais titulares de outras contas de depósitos que, em conjunto com as demais aplicações por elas mantidas em qualquer instituição financeira, tenham saldo médio mensal inferior a R\$3.000,00 (três mil reais); e

II - micro empreendedores, entendidos como pessoas naturais ou jurídicas

Empreendedoras de atividade produtiva de natureza profissional, comercial ou industrial, com renda anual bruta que não ultrapasse o valor estabelecido no art. 3º do Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004.

Parágrafo único. O beneficiário do crédito deve firmar declaração por escrito ou por meio de assinatura eletrônica informando:

I - no caso das pessoas naturais referidas no inciso I do caput, que o somatório do valor da operação com o saldo de outras operações de crédito não ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, inciso II, alínea "a";

II - no caso de pessoas naturais referidas no inciso I, alínea "c", do caput, que não detém saldo médio mensal em conta de depósitos que, em conjunto com as demais aplicações, seja superior a R\$3.000,00 (três mil reais); e

III - no caso de micro empreendedores referidos no inciso II do caput, que o somatório do valor da operação com o saldo de outras operações de crédito não ultrapassa R\$20.000,00 (vinte mil reais), excetuando-se desse limite as operações de crédito habitacional.

Art. 3º As operações de microcrédito devem observar ainda as seguintes condições, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas:

I - as taxas de juros efetivas não podem exceder a:

a) 2% a.m. (dois por cento ao mês); ou

b) 4% a.m. (quatro por cento ao mês) nas operações de microcrédito produtivas orientadas concedidas em conformidade com o art. 4º;

II - o valor do crédito não pode ser superior a:

a) R\$2.000,00 (dois mil reais), quando se tratar de crédito às pessoas naturais referidas no art. 2º, inciso I;

b) R\$5.000,00 (cinco mil reais), quando se tratar de crédito para micro empreendedores referidos no art. 2º, inciso II;

c) R\$15.000,00 (quinze mil reais), quando se tratar de crédito para micro empreendedores referidos no art. 2º, inciso II,

Concedido na forma de microcrédito produtivo orientado em conformidade com o art. 4º;

III - o prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias;

IV - o valor da taxa de abertura de crédito não pode ultrapassar os seguintes percentuais do valor do crédito concedido:

a) até 2% (dois por cento), quando se tratar de pessoas naturais referidas no art. 2º, inciso I; ou

b) até 3% (três por cento), quando se tratar de micro empreendedores referidos no art. 2º, inciso II.

§ 1º Fica admitida, excepcionalmente, a contratação de operações em prazo menor do que o previsto no inciso III do caput,

Caso em que os limites para as taxas de abertura de crédito estabelecidos no inciso IV devem ser reduzidos na mesma proporção.

§ 2º Fica a critério da instituição a exigência de garantia nas operações de microcrédito, admitindo-se, inclusive, aval solidário em grupo com, no mínimo, três participantes, alienação fiduciária e fiança.

Art. 4º Incluem-se no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, as operações de microcrédito concedidas nas seguintes condições, cumulativamente:

I - sejam realizadas pelos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal, que possuam estrutura própria para o desenvolvimento dessas operações, e pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, definidas na Lei nº

11.110, de 2005, assim compreendidas as:

a) cooperativas singulares de crédito;

b) agências de fomento;

c) sociedades de crédito ao micro empreendedor e à empresa de pequeno porte;

d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, constituídas de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que desenvolvam atividades de crédito destinadas à micro empreendedor;

II - sejam destinadas ao financiamento de bens, reformas, serviços e capital de giro essencial ao empreendimento, incluindo a taxa de abertura de crédito, para o atendimento das necessidades financeiras dos empreendedores mencionados no art. 2º, inciso II; e

III - utilizem metodologia baseada no relacionamento direto com o empreendedor no local onde é executada a atividade econômica, de acordo com o estabelecido no art. 1º, § 3º, da Lei nº 11.110, de 2005.

§ 1º As instituições referidas no inciso I do caput, para operarem no PNMPO, devem habilitar-se perante o Ministério do Trabalho e Emprego, mediante cadastro, termo de compromisso e plano de trabalho, discriminando a metodologia de microcrédito produtivo

Orientado a ser utilizada, a forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e os índices de desempenho.

§ 2º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem atuar na intermediação de recursos entre as instituições financeiras e as instituições de microcrédito produtivo orientado desde que

Habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º As operações de microcrédito produtivo orientado podem ainda ser realizadas pelas instituições de microcrédito produtivas orientadas referidas no inciso I do caput, mediante contrato de prestação de serviços, em nome das instituições financeiras

Sujeitas à exigibilidade de que trata o art. 1º.

Art. 5º Para o cumprimento da exigibilidade de aplicações de que trata o art. 1º, devem ser considerados:

I - os recursos repassados para outras instituições financeiras, por meio de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM) exclusivamente para aplicações em operações de microcrédito, observadas as disposições da Resolução nº

3.399, de 29 de agosto de 2006, e regulamentação complementar;

II - os créditos oriundos de operações de adiantamentos, empréstimos e financiamentos que atendam às condições estabelecidas nesta Resolução, adquiridos de:

- a) outras instituições financeiras;
- b) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) organizações não governamentais cujos estatutos prevejam a realização de operações de microcrédito; e
- d) entidades, fundos ou programas voltados para o microcrédito.

§ 1º Compete à instituição depositária dos recursos de que trata o inciso I do caput a comprovação da aplicação dos valores captados, sob pena de recolhimento dos recursos não aplicados ao Banco Central do Brasil, nos termos previstos no art. 7º, § 2º.

§ 2º Nas operações de microcrédito produtivo orientado, adquiridas na forma prevista no inciso II do caput, permanece com a entidade cedente a responsabilidade pela prestação dos serviços mencionados no art. 4º, inciso III, inerentes a essas operações.

§ 3º A verificação, a qualquer tempo, do não atendimento das condições para caracterização de operação como microcrédito produtivo orientado, próprio ou adquirido de terceiros, implicará sua desclassificação para fins do cumprimento da exigibilidade de

Aplicações em operações de microcrédito, devendo ser retificadas de imediato as informações remetidas ao Banco Central do Brasil a esse respeito.

§ 4º As operações vencidas e não pagas podem ser computadas para o cumprimento da exigibilidade, observados os seguintes percentuais:

- I - 100% (cem por cento) no primeiro ano após o vencimento; e
- II - 50% (cinquenta por cento) no segundo ano.

Art. 6º Em relação ao cumprimento da exigibilidade de que trata o art. 1º, a partir de julho de 2013, 80% (oitenta por cento) do saldo das aplicações, no mínimo, devem ser destinados para operações de microcrédito produtivo orientado.

§ 1º Para efeitos do atingimento do percentual de que trata o caput, deve ser observado:

- I - 10% (dez por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012;
- II - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º julho de 2012; e
- III - 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 2º Admite-se o cumprimento do percentual mínimo disposto neste artigo por meio de DIM.

Art. 7º Para a verificação do cumprimento da exigibilidade de aplicações em operações de microcrédito, efetuada mensalmente no dia 20 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, quando o dia 20 for dia não útil, devem ser consideradas:

I - a exigibilidade de aplicações, que corresponde à média dos valores resultantes da aplicação dos percentuais mínimos exigidos sobre os saldos diários dos depósitos à vista nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao mês em que estiver sendo

Realizada a verificação;

II - a média dos saldos diários das operações elegíveis nos
Doze meses imediatamente anteriores ao mês em que estiver sendo

Realizada a verificação; e

III - a média dos saldos diários das operações destinadas para microcrédito produtivo orientado no mês imediatamente anterior ao mês em que estiver sendo realizada a verificação.

§ 1º O cômputo da deficiência de aplicações em relação à exigibilidade será o maior, em valor absoluto, entre os seguintes valores:

I - a diferença entre os valores descritos nos incisos I e II do caput; ou

II - a partir do período de cálculo com início em 1º de janeiro de 2012, a diferença entre o valor calculado na forma do inciso III do caput e aquele correspondente ao percentual mínimo destinado à concessão de operações de microcrédito produtivo

Orientado, estabelecido na forma do art. 6º.

§ 2º A deficiência de aplicações, se houver, deve ser recolhida ao Banco Central do Brasil, em moeda corrente, permanecendo indisponível até a data de verificação do cumprimento da exigibilidade no mês seguinte.

Art. 8º Na contratação das operações de microcrédito de que trata esta Resolução podem ser adotados procedimentos simplificados para confecção de ficha cadastral e para elaboração do contrato representativo da dívida.

Art. 9º Nas instituições referidas no caput do art. 1º que tenham mais de 10.000 (dez mil) clientes de microcrédito produtivo orientado, a diretoria deve implementar controles internos específicos com vistas a assegurar que os procedimentos adotados para

A concessão das operações esteja em conformidade com o art. 4º, com ênfase nos aspectos do relacionamento direto com o empreendedor no local de sua atividade, do levantamento socioeconômico prévio à concessão e do acompanhamento durante o período do contrato.

Parágrafo único. Os controles internos referidos no caput devem estar sujeitos à revisão anual por parte da auditoria interna.

Art. 10. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - dispor sobre os prazos e negociabilidade dos DIM, de que trata o art. 5º;

II - adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução; e

III - requisitar informações acerca das operações de que trata esta Resolução.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados o art. 9º da Resolução nº 3.706, de 27 de março de 2009, e a Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006, passando a base regulamentar e as citações a este último normativo a ter como referência a presente Resolução.

Brasília, 25 de agosto de 2011.

Altamir Lopes

Presidente do Banco Central, substituto

7. 4 RESOLUÇÕES BACEN

RESOLUÇÃO 3.422, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

Dispõe acerca da realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 30 de novembro de 2006, tendo em vista o disposto nas Leis 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 11.110, de 25 de abril de 2005, e no Decreto 5.288, de 29 de novembro de 2004, resolveu:

Art. 1º Os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicados em operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores, valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição.

Parágrafo único. Não são considerados no cálculo da exigibilidade:

I - os depósitos à vista captados por instituições financeiras públicas federais e estaduais:

a) dos respectivos governos; e

b) de autarquias e de sociedades de economia mista de cujos capitais participem majoritariamente os respectivos governos;

II - os depósitos à vista captados pelas instituições financeiras públicas estaduais titulados por entidades públicas municipais da respectiva unidade federativa.

Art. 2º Para efeito do disposto nesta resolução, consideram-se operações de microcrédito aquelas realizadas com:

I - pessoas físicas:

a) detentoras de contas especiais de depósitos de que trata a Resolução 3.211, de 30 de junho de 2004;

b) titulares de outras contas de depósitos que, em conjunto com as demais aplicações por elas mantidas na instituição financeira, tenham saldo médio mensal inferior a R\$3.000,00 (três mil reais);

II - pessoas físicas, para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, e com pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor;

III - pessoas físicas de baixa renda, detentoras ou não de depósitos e de aplicações financeiras de pequeno valor, que se enquadrem no art. 3º, inciso I, da Lei Complementar 111, de 6 de julho de 2001;

IV - pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, cuja renda anual bruta não ultrapasse o valor estabelecido pelo art. 3º do Decreto 5.288, de 29 de novembro de 2004, ou por outra norma que o altere ou substitua.

Parágrafo único. O beneficiário do crédito deve firmar declaração por escrito ou por meio de assinatura eletrônica informando:

I - no caso de pessoas físicas referidas no inciso I, alínea "a", que não se encontra em curso nenhuma outra operação da espécie;

II - no caso de pessoas físicas referidas nos incisos I, alínea "b", e III, que não se encontra em curso nenhuma outra operação da espécie, bem como que não detém saldo médio mensal em conta de depósitos que, em conjunto com as demais aplicações, seja superior a R\$3.000,00 (três mil reais);

III - no caso de pessoas físicas e jurídicas referidas nos incisos II e IV, que não se encontra em curso nenhuma outra operação da espécie, bem como que o somatório da operação e do saldo de outras operações de crédito, não ultrapassa R\$20.000,00 (vinte mil reais), excetuando-se desse limite as operações de crédito habitacional. (NR dada pela Resolução BACEN nº 3706 de 2009)

Art. 3º As operações de microcrédito devem observar ainda as seguintes condições, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas:

I - as taxas de juros efetivas não podem exceder:

a) 2% a.m. (dois por cento ao mês); e

b) 4% a.m. (quatro por cento ao mês) nas operações de microcrédito produtivas orientadas concedidas em conformidade com o art. 4º;

II - o valor do crédito não pode ser superior a: (NR dada pela Resolução BACEN nº 3706 de 2009)

a) R\$2.000,00 (dois mil reais), quando se tratar das pessoas físicas referidas no art. 2º, incisos I e III; (NR dada pela Resolução BACEN nº 3706 de 2009)

b) R\$5.000,00 (cinco mil reais), quando se tratar de micro empreendedores referidos no art. 2º, inciso II; (NR dada pela Resolução BACEN nº 3706 de 2009)

c) R\$15.000,00 (quinze mil reais), quando se tratar de microcrédito produtivo orientado concedido em conformidade com o art. 4º; (NR dada pela Resolução BACEN nº 3706 de 2009)

III - o prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias;

IV - o valor da taxa de abertura de crédito não pode ultrapassar os seguintes percentuais do valor do crédito concedido:

a) até 2% (dois por cento), quando se tratar de pessoas físicas referidas no art. 2º, incisos I e III;

b) até 4% (quatro por cento), quando se tratar de pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 2º, inciso II;

c) até 3% (três por cento) quando se tratar de operações de microcrédito produtivo orientado, concedidas em conformidade com o art. 4º.

§ 1º São admitidos:

I - excepcionalmente, a contratação de operações em prazo menor do que o previsto no inciso III do caput, caso em que os limites para as taxas de abertura de crédito estabelecidos no inciso IV ficam reduzidos na mesma proporção;

II - o pagamento parcelado das operações.

§ 2º Constitui-se garantia nas operações de microcrédito qualquer garantia aceita pelas instituições financeiras, inclusive aval solidário em grupo com, no mínimo, três participantes, alienação fiduciária e fiança.

Art. 4º Incluem-se no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO, instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, as operações de microcrédito concedidas nas seguintes condições, cumulativamente:

I - pelos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, que possuam estrutura própria para o desenvolvimento dessas operações, e pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, definidas na Lei 11.110, de 2005, assim compreendidas as:

a) cooperativas singulares de crédito;

- b) agências de fomento;
- c) sociedades de crédito ao micro empreendedor;

d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, constituídas de acordo com a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, que desenvolvam atividades de crédito destinadas a micro empreendedores;

II - destinadas ao financiamento de bens, serviços e capital de giro, essenciais ao empreendimento, incluindo a taxa de abertura de crédito, para o atendimento das necessidades financeiras dos empreendedores mencionados no art. 2º, inciso IV;

III - utilize metodologia baseada no relacionamento direto com o empreendedor, no local onde executada a atividade econômica, devendo ser levado em consideração ainda:

a) o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

b) o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bemcomo ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;

c) o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com esse e em consonância com o previsto nesta resolução.

§ 1º As instituições referidas no inciso I, para operarem no PNMPO, devem habilitar-se perante o Ministério do Trabalho e Emprego, mediante cadastro, termo de compromisso e plano de trabalho, discriminando a metodologia de microcrédito produtivo orientado a ser utilizada, a forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e os índices de desempenho.

§ 2º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem atuar na intermediação de recursos entre as instituições financeiras e as instituições de microcrédito produtivo orientado desde que habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com cadastro e termo de compromisso.

§ 3º As operações de microcrédito produtivo orientado podem ainda ser realizadas pelas instituições de microcrédito produtivo orientado referidas no inciso I, mediante contrato de prestação de serviços, em nome das instituições financeiras sujeitas à exigibilidade de que trata o art. 1º.

Art. 5º Para o cumprimento da exigibilidade de aplicações de que trata o art. 1º, serão considerados:

I - os recursos repassados para outras instituições financeiras, por meio de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM), exclusivamente para aplicações em operações de microcrédito, observadas as disposições da Resolução 3.399, de 29 de agosto de 2006, e regulamentação complementar;

II - os créditos oriundos de operações de adiantamentos, empréstimos e financiamentos que atendam às condições estabelecidas nesta resolução, adquiridos de:

- a) outras instituições financeiras;
- b) organizações da sociedade civil de interesse público;
- c) organizações não governamentais cujos estatutos prevejam a realização de operações de microcrédito;
- d) entidades, fundos ou programas voltados para o microcrédito.

§ 1º Compete à instituição depositária dos recursos de que trata o inciso I a comprovação da aplicação dos valores captados, sob pena de recolhimento dos recursos não aplicados ao Banco Central do Brasil, nos termos previstos no art. 6º, parágrafo único.

§ 2º Nas operações de microcrédito produtivo orientado, adquiridas na forma prevista no inciso II, permanece com a entidade cedente a responsabilidade pela prestação dos serviços mencionados no art. 4º, inciso III, inerentes a essas operações.

§ 3º A verificação, a qualquer tempo, do não atendimento das condições para caracterização de operação, própria ou adquirida de terceiros, como de microcrédito produtivo orientado implicará sua desclassificação para fins do cumprimento da exigibilidade de aplicações em operações de microcrédito, devendo ser retificadas de imediato as informações remetidas ao Banco Central do Brasil a esse respeito.

§ 4º As operações vencidas e não pagas podem ser computadas para o cumprimento da exigibilidade, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) no primeiro ano após o vencimento;

II - 50% (cinquenta por cento) no segundo ano.

Art. 6º Para a verificação do cumprimento da exigibilidade de aplicações em operações de microcrédito, efetuada mensalmente no dia 20 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, quando o dia 20 for dia não útil, devem ser consideradas:

I - a exigibilidade de aplicações, que corresponde à média dos valores resultantes da aplicação dos percentuais mínimos exigidos sobre os saldos diários dos depósitos à vista nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao mês em que estiver sendo realizada a verificação;

II - a média dos saldos diários das operações elegíveis nos doze meses imediatamente anteriores ao mês em que estiver sendo realizada a verificação.

Parágrafo único. O valor da deficiência de aplicações em relação ao exigível, se houver, deverá ser recolhido ao Banco Central do Brasil, na forma por ele estabelecida, em moeda corrente, permanecendo indisponível até a data de verificação do cumprimento da exigibilidade no mês seguinte.

Art. 7º Na contratação das operações de microcrédito de que trata esta resolução podem ser adotados procedimentos simplificados para confecção de ficha cadastral e elaboração de contratos, não se aplicando a vedação contida no item IX da Resolução 1.559, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Resolução 3.258, de 28 de janeiro de 2005, relativamente à exigência de título adequado representativo da dívida.

Art. 8º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - dispor sobre os prazos e negociabilidade dos DIM, de que trata o art. 5º;

II - adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta resolução;

III - requisitar informações acerca das operações de que trata esta resolução.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005, passando a base regulamentar e as citações à referida norma, constantes de

normativos editados pelo Banco Central do Brasil, a ter como referência esta resolução.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Presidente do Banco

DOU de 22.12.2008

Altera a [Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006](#), altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, [10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil](#), 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), passa a vigorar com as seguintes modificações:

" [Art. 13.](#)

.....

§ 1º

.....

.....

.....

IV – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

.....

." (NR)

" [Art. 18.](#) O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

.....

." (NR)

" [Art. 25.](#)

.....

Parágrafo único. A declaração de que trata o caput deste artigo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos

tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nela prestadas." (NR)

" Art. 41. Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no § 5º deste artigo.

.....
.....

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos impostos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações prestadas na declaração a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar.

§ 5º Excetua-se do disposto no caput deste artigo:

I – os mandados de segurança nos quais se impugnem atos de autoridade coatora pertencente a Estado, Distrito Federal ou Município;

II – as ações que tratem exclusivamente de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, as quais serão propostas em face desses entes federativos, representados em juízo por suas respectivas procuradorias;

III – as ações promovidas na hipótese de celebração do convênio de que trata o § 3º deste artigo." (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes modificações:

" Art. 2º
.....

I – Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 4 (quatro) representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

.....
 ." (NR)

" Art. 3º

.....

 § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

.....

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

.....
 ." (NR)

" Art. 9º

.....

.....

.....

§ 3º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referido no caput deste artigo, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 3 (três) anos poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 4º A baixa referida no § 3º deste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores.

§ 5º A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 3º deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 6º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 7º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§ 8º Excetuado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo, na baixa de microempresa ou de empresa de pequeno porte aplicar-se-ão as regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.

§ 9º Para os efeitos do § 3º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário." (NR)

" Art. 13.

.....

VI – Contribuição Patronal Previdenciária – CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas nos §§ 5º-C e 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar;

.....
 § 1º

.....
XIII –

.....
 g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:

1. com encerramento da tributação, observado o disposto no inciso IV do § 4º do art. 18 desta Lei Complementar;

2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

.....
§ 5º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que tratam as alíneas *g* e *h* do inciso XIII do § 1º deste artigo será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º O Comitê Gestor do Simples Nacional:

I – disciplinará a forma e as condições em que será atribuída à microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a qualidade de substituta tributária; e

II – poderá disciplinar a forma e as condições em que será estabelecido o regime de antecipação do ICMS previsto na alínea *g* do inciso XIII do § 1º deste artigo." (NR)

"Art. 17.

.....
 XV – que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS.

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

....." (NR)

" Art. 18.

.....

§ 4º

.....

V – as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar.

§ 5º As atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar.

§ 5º-A. As atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzindo-se da alíquota o percentual correspondente ao ISS previsto nesse Anexo.

§ 5º-B. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I – creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;

II – agência terceirizada de correios;

III – agência de viagem e turismo;

IV – centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V – agência lotérica;

VI – serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;

VII – serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

VIII – serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;

IX – serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

X – serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

XI – serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

XII – veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa; e

XIII – transporte municipal de passageiros.

§ 5º-C. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;

II – empresas montadoras de estandes para feiras;

III – escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

IV – produção cultural e artística; e

V – produção cinematográfica e de artes cênicas.

§ 5º-D. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I – cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

II – academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

III – academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

IV – elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

V – licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VI – planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

VII – escritórios de serviços contábeis; e

VIII – serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

§ 5º-E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal de cargas serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 5º-F. As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV ou V desta Lei Complementar.

§ 6º No caso dos serviços previstos no § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, observado o disposto no § 4º do art. 21 desta Lei Complementar.

§ 7º A sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar que houver adquirido mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja sua sócia, bem como a empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de empresa optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago, aplicável à sociedade de propósito específico ou à própria comercial exportadora.

.....

§ 9º Relativamente à contribuição patronal previdenciária, devida pela vendedora, a sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar ou a comercial exportadora deverão recolher, no prazo previsto no § 8º deste artigo, o

valor correspondente a 11% (onze por cento) do valor das mercadorias não exportadas nos termos do § 7º deste artigo.

§ 10. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar ou a empresa comercial exportadora não poderão deduzir do montante devido qualquer valor a título de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

§ 11. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico ou a empresa comercial exportadora deverão pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenham alienado ou utilizado as mercadorias.

.....

§ 20-A. A concessão dos benefícios de que trata o § 20 deste artigo poderá ser realizada:

I – mediante deliberação exclusiva e unilateral do Estado, do Distrito Federal ou do Município concedente;

II – de modo diferenciado para cada ramo de atividade.

.....

§ 22. A atividade constante do inciso VII do § 5º-D deste artigo recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

.....

§ 25. Para efeito do disposto no § 24 deste artigo, deverão ser considerados os salários informados na forma prevista no inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991." (NR)

"Art. 29.

.....

§ 6º Nas hipóteses de exclusão previstas no caput deste artigo, a pessoa jurídica será notificada pelo ente federativo que promoveu a exclusão.

§ 7º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, a notificação de que trata o § 6º deste artigo poderá ser feita por meio eletrônico, com prova de recebimento, sem prejuízo de adoção de outros meios de notificação, desde que previstos na legislação específica do respectivo ente federado que proceder à exclusão, cabendo ao Comitê Gestor discipliná-la com observância dos requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica.

§ 8º A notificação de que trata o § 7º deste artigo aplica-se ao indeferimento da opção pelo Simples Nacional." (NR)

"Art. 31.

§ 5º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, uma vez que o motivo da exclusão deixe de existir, havendo a exclusão retroativa de ofício no caso do inciso I do caput do art. 29 desta Lei Complementar, o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir." (NR)

"Art. 33.

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos §§ 5º-C e 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

" Art. 39.

§ 4º Considera-se feita a intimação após 15 (quinze) dias contados da data do registro da notificação eletrônica de que tratam os §§ 7º e 8º do art. 29 desta Lei Complementar." (NR)

" CAPÍTULO VIII

DO ASSOCIATIVISMO

Seção Única

Da Sociedade de Propósito Específico formada por Microempresas e Empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional

Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão realizar negócios de compra e venda de bens, para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

§ 1º Não poderão integrar a sociedade de que trata o caput deste artigo pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 2º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo:

- I – terá seus atos arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis;
- II – terá por finalidade realizar:
 - a) operações de compras para revenda às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias;
 - b) operações de venda de bens adquiridos das microempresas e empresas de pequeno porte que sejam suas sócias para pessoas jurídicas que não sejam suas sócias;
- III – poderá exercer atividades de promoção dos bens referidos na alínea *b* do inciso II deste parágrafo;
- IV – apurará o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, devendo manter a escrituração dos livros Diário e Razão;
- V – apurará a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep de modo não-cumulativo;
- VI – exportará, exclusivamente, bens a ela destinados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que dela façam parte;
- VII – será constituída como sociedade limitada;
- VIII – deverá, nas revendas às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições realizadas para revenda; e
- IX – deverá, nas revendas de bens adquiridos de microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições desses bens.

§ 3º A aquisição de bens destinados à exportação pela sociedade de propósito específico não gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 4º A microempresa ou a empresa de pequeno porte não poderá participar simultaneamente de mais de uma sociedade de propósito específico de que trata este artigo.

§ 5º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo não poderá:

- I – ser filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- II – ser constituída sob a forma de cooperativas, inclusive de consumo;
- III – participar do capital de outra pessoa jurídica;
- IV – exercer atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de

crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

V – ser resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

VI – exercer a atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º A inobservância do disposto no § 4º deste artigo acarretará a responsabilidade solidária das microempresas ou empresas de pequeno porte sócias da sociedade de propósito específico de que trata este artigo na hipótese em que seus titulares, sócios ou administradores conhecessem ou devessem conhecer tal inobservância.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo até 31 de dezembro de 2008." (NR)

"Art. 65.

§ 4º Ficam autorizados a reduzir a 0 (zero) as alíquotas dos impostos e contribuições a seguir indicados, incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em regulamento, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas ou empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado:

I – a União, em relação ao IPI, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins-Importação e à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II – os Estados e o Distrito Federal, em relação ao ICMS.

§ 5º A microempresa ou empresa de pequeno porte, adquirente de bens com o benefício previsto no § 4º deste artigo, fica obrigada, nas hipóteses previstas em regulamento, a recolher os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, contados a partir da data da aquisição, no mercado interno, ou do registro da declaração de importação – DI, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago." (NR)

" Seção III

Das Parcerias

‘ Art. 75-A. Para fazer face às demandas originárias do estímulo previsto nos arts. 74 e 75 desta Lei Complementar, entidades privadas, públicas, inclusive o Poder Judiciário, poderão firmar parcerias entre si, objetivando a instalação ou utilização de ambientes propícios para a realização dos procedimentos inerentes a busca da solução de conflitos.’”

"Art. 77. Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 30 (trinta) meses, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução.

.....

§ 2º A administração direta e indireta federal, estadual e municipal e as entidades paraestatais acordarão, no prazo previsto no § 1º deste artigo, as providências necessárias à adaptação dos respectivos atos normativos ao disposto nesta Lei Complementar.

.....

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto no inciso I do § 6º do art. 13 desta Lei Complementar até 31 de dezembro de 2008.

§ 5º A partir de 1º de janeiro de 2009, perderão eficácia as substituições tributárias que não atenderem à disciplina estabelecida na forma do § 4º deste artigo." (NR)

"Art. 79. Será concedido, para ingresso no Simples Nacional, parcelamento, em até 100 (cem) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas federal, estadual ou municipal, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, com vencimento até 30 de junho de 2008.

.....

§ 3º-A. O parcelamento deverá ser requerido no prazo estabelecido em regulamentação do Comitê Gestor.

.....

§ 9º O parcelamento de que trata o caput deste artigo não se aplica na hipótese de reingresso de microempresa ou empresa de pequeno porte no Simples Nacional." (NR)

"Art. 79-D. Excepcionalmente, para os fatos geradores ocorridos entre 1º de julho de 2007 e 31 de dezembro de 2008, as pessoas jurídicas que exerçam atividade sujeita simultaneamente à incidência do IPI e do ISS deverão recolher o ISS diretamente ao Município em que este imposto é devido até o último dia útil de

fevereiro de 2009, aplicando-se, até esta data, o disposto no parágrafo único do art. 100 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional – CTN."

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2009, a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), passa a vigorar com as seguintes modificações:

" Art. 2º

.....

II – Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos, ressalvado o disposto no inciso III do caput deste artigo;

III – Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

§ 1º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão presididos e coordenados por representantes da União.

§ 2º Os representantes dos Estados e do Distrito Federal nos Comitês referidos nos incisos I e III do caput deste artigo serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e os dos Municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros.

§ 3º As entidades de representação referidas no inciso III do caput e no § 2º deste artigo serão aquelas regularmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano antes da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo elaborarão seus regimentos internos mediante resolução.

.....

§ 6º Ao Comitê de que trata o inciso I do caput deste artigo compete regulamentar a opção, exclusão, tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, dívida ativa, recolhimento e demais itens relativos ao regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

§ 7º Ao Comitê de que trata o inciso III do caput deste artigo compete, na forma da lei, regulamentar a inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registros e demais itens relativos à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária.

§ 8º Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mediante indicação dos órgãos e entidades vinculados." (NR)

"Art. 4º

§ 1º O processo de registro do Microempreendedor Individual de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, o ente federado que acolher o pedido de registro do Microempreendedor Individual deverá utilizar formulários com os requisitos mínimos constantes do art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, remetendo mensalmente os requerimentos originais ao órgão de registro do comércio, ou seu conteúdo em meio eletrônico, para efeito de inscrição, na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo." (NR)

"Art. 7º

Parágrafo único. Nos casos referidos no caput deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I – instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

II – em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas." (NR)

"Art. 13.

VI – Contribuição Patronal Previdenciária – CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

....." (NR)

" Art. 17.

X – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas:

1 – alcoólicas;

2 – refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas;

3 – preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado;

4 – cervejas sem álcool;

....." (NR)

" Art. 18.

§ 4º

IV – as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária e tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, antecipação tributária com encerramento de tributação;

§ 5º-B. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I – creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos

de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;

.....

IX – serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

.....

XIII – transporte municipal de passageiros; e

XIV – escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo.

§ 5º-C.

I – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

.....

VI – serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

§ 5º-D. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:

.....

IX – empresas montadoras de estandes para feiras;

X – produção cultural e artística;

XI – produção cinematográfica e de artes cênicas;

XII – laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

XIII – serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

XIV – serviços de prótese em geral.

§ 5º-E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestadual e intermunicipal de cargas serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I.

.....

§ 5º-G. As atividades com incidência simultânea de IPI e de ISS serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao

ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 5º-H. A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º-C deste artigo.

.....

§ 22-A. A atividade constante do inciso XIV do § 5º-B deste artigo recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

§ 22-B. Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I – promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II – fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III – promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 22-C. Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o § 22-B deste artigo, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

....." (NR)

" Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º deste artigo será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

§ 3º Na vigência da opção pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo:

I – não se aplica o disposto no § 18 do art. 18 desta Lei Complementar;

II – não se aplica a redução prevista no § 20 do art. 18 desta Lei Complementar ou qualquer dedução na base de cálculo;

III – não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abranjam integralmente a faixa de receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

IV – a opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no inciso X do § 1º do art. 13 desta Lei Complementar na forma prevista no § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V – o Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;

b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e

c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS;

VI – sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º do art. 13 desta Lei Complementar, o Microempreendedor Individual não estará sujeito à incidência dos tributos e contribuições referidos nos incisos I a VI do caput daquele artigo.

§ 4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI:

I – cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;

II – que possua mais de um estabelecimento;

III – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou

IV – que contrate empregado.

§ 5º A opção de que trata o caput deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, observando-se que:

I – será irretratável para todo o ano-calendário;

II – deverá ser realizada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no inciso III;

III – produzirá efeitos a partir da data do início de atividade desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos em ato do Comitê Gestor a que se refere o caput deste parágrafo.

§ 6º O desenquadramento da sistemática de que trata o caput deste artigo será realizado de ofício ou mediante comunicação do MEI.

§ 7º O desenquadramento mediante comunicação do MEI à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dar-se-á:

I – por opção, que deverá ser efetuada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário da comunicação;

II – obrigatoriamente, quando o MEI incorrer em alguma das situações previstas no § 4º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao da ocorrência da situação impeditiva; III – obrigatoriamente, quando o MEI exceder, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

IV – obrigatoriamente, quando o MEI exceder o limite de receita bruta previsto no § 2º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

§ 8º O desenquadramento de ofício dar-se-á quando verificada a falta de comunicação de que trata o § 7º deste artigo.

§ 9º O Empresário Individual desenquadrado da sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenquadramento, ressalvado o disposto no § 10 deste artigo.

§ 10. Nas hipóteses previstas nas alíneas a dos incisos III e IV do § 7º deste artigo, o MEI deverá recolher a diferença, sem acréscimos, em parcela única, juntamente com a da apuração do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do excesso, na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor.

§ 11. O valor referido na alínea a do inciso V do § 3º deste artigo será reajustado, na forma prevista em lei ordinária, na mesma data de reajustamento dos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a manter equivalência com a contribuição de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 12. Aplica-se ao MEI que tenha optado pela contribuição na forma do § 1º deste artigo o disposto no § 4º do art. 55 e no § 2º do art. 94, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, exceto se optar pela complementação da contribuição previdenciária a que se refere o § 3º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 13. O MEI está dispensado de atender o disposto no inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 14. O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo."

"Art. 18-B. A empresa contratante de serviços executados por intermédio do MEI mantém, em relação a esta contratação, a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do caput e o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos."

"Art. 18-C. Observado o disposto no art. 18-A, e seus parágrafos, desta Lei Complementar, poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

Parágrafo único. Na hipótese referida no caput deste artigo, o MEI:

I – deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – fica obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor;

III – está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput."

"Art. 21.

.....

§ 4º A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III – na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa

diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

§ 4º-A. Na hipótese de que tratam os incisos I e II do § 4º, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

....." (NR)

" Art. 23.

§ 1º As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições.

§ 2º A alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 1º deste artigo deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ICMS previsto nos Anexos I ou II desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da operação.

§ 3º Na hipótese de a operação ocorrer no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 1º deste artigo corresponderá ao percentual de ICMS referente à menor alíquota prevista nos Anexos I ou II desta Lei Complementar.

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo quando:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte estiver sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais;

II – a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata o § 2º deste artigo no documento fiscal;

III – houver isenção estabelecida pelo Estado ou Distrito Federal que abranja a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês da operação;

IV – o remetente da operação ou prestação considerar, por opção, que a alíquota determinada na forma do caput e dos §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei Complementar deverá incidir sobre a receita recebida no mês.

§ 5º Mediante deliberação exclusiva e unilateral dos Estados e do Distrito Federal, poderá ser concedido às pessoas jurídicas e àquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional crédito correspondente ao ICMS incidente sobre os insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante pelo Simples Nacional, sendo vedado o estabelecimento de diferenciação no valor do crédito em razão da procedência dessas mercadorias.

§ 6º O Comitê Gestor do Simples Nacional disciplinará o disposto neste artigo." (NR)

"Art. 26.

§ 1º Os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano-calendário de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na forma estabelecida em ato do Comitê Gestor, farão a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços, ficando dispensados da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput deste artigo, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

.....

§ 6º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I – deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II – será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo empreendedor individual para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ficando dispensado desta emissão para o consumidor final." (NR)

"Art. 33.

.....

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

" Art. 36. A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do Simples Nacional, nos prazos determinados no § 1º do art. 30 desta Lei Complementar, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o Simples Nacional no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais), insusceptível de redução." (NR)

"Art. 36-A. A falta de comunicação, quando obrigatória, do desenquadramento do microempreendedor individual da sistemática de recolhimento prevista no art. 18-A desta Lei Complementar nos prazos determinados em seu § 7º sujeitará o microempreendedor individual a multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), insusceptível de redução."

"Art. 38.

.....

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

.....

§ 6º A multa mínima de que trata o § 3º deste artigo a ser aplicada ao Microempreendedor Individual na vigência da opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar será de R\$ 50,00 (cinquenta reais)." (NR)

"Art. 77.

§ 6º O Comitê de que trata o inciso III do caput do art. 2º desta Lei Complementar expedirá, até 31 de dezembro de 2009, as instruções que se fizerem necessárias relativas a sua competência." (NR)

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 2009, o art. 25 da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º, ficando renumerado o parágrafo único como § 1º:

" Art. 25.

§ 2º A situação de inatividade deverá ser informada na declaração de que trata o caput deste artigo, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, considera-se em situação de inatividade a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

§ 4º A declaração de que trata o caput deste artigo, relativa ao MEI definido no art. 18-A desta Lei Complementar, conterà, para efeito do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, tão-somente as informações relativas à receita bruta total sujeita ao ICMS, sendo vedada a instituição de declarações adicionais em decorrência da referida Lei Complementar." (NR)

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2009:

I – os Anexos I a III da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), passam a vigorar com a redação dos [Anexos I a III](#) desta Lei Complementar;

II – o Anexo V da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), passa a vigorar com a redação do [Anexo IV](#) desta Lei Complementar.

Art. 6º O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial da União, no mês de janeiro de 2009, a íntegra da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), com as alterações resultantes da [Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007](#), bem como com as resultantes das desta Lei Complementar.

Art. 7º O § 4º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte modificação:

" Art. 21.

§ 4º A contribuição complementar a que se refere o § 3º deste artigo será exigida a qualquer tempo, sob pena de indeferimento do benefício." (NR)

Art. 8º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 45-A:

" Art. 45-A. O contribuinte individual que pretenda contar como tempo de contribuição, para fins de obtenção de benefício no Regime Geral de Previdência Social ou de contagem recíproca do tempo de contribuição, período de atividade remunerada alcançada pela decadência deverá indenizar o INSS.

§ 1º O valor da indenização a que se refere o caput deste artigo e o § 1º do art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, corresponderá a 20% (vinte por cento):

I – da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994; ou

II – da remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime próprio de previdência social a que estiver filiado o interessado, no caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, observados o limite máximo previsto no art. 28 e o disposto em regulamento.

§ 2º Sobre os valores apurados na forma do § 1º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos casos de contribuições em atraso não alcançadas pela decadência do direito de a Previdência constituir o respectivo crédito, obedecendo-se, em relação a elas, as disposições aplicadas às empresas em geral."

Art. 9º O art. 29-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes modificações:

" Art. 29-A. O INSS utilizará as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre os vínculos e as remunerações dos segurados, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego.

.....

§ 2º O segurado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, exclusão ou retificação de informações constantes do CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios dos dados divergentes, conforme critérios definidos pelo INSS.

§ 3º A aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS, inclusive retificações de informações anteriormente inseridas, fica condicionada à comprovação dos dados ou das divergências apontadas, conforme critérios definidos em regulamento.

§ 4º Considera-se extemporânea a inserção de dados decorrentes de documento inicial ou de retificação de dados anteriormente informados, quando o documento ou a retificação, ou a informação retificadora, forem apresentados após os prazos estabelecidos em regulamento.

§ 5º Havendo dúvida sobre a regularidade do vínculo incluído no CNIS e inexistência de informações sobre remunerações e contribuições, o INSS exigirá a apresentação dos documentos que serviram de base à anotação, sob pena de exclusão do período." (NR)

Art. 10. Os arts. 968 e 1.033 da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil](#), passam a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 968.

.....

§ 3º Caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código." (NR)

"Art. 1.033.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira no Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro da sociedade para empresário individual, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código." (NR)

Art. 11. A partir de 1º de janeiro de 2010, o art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 10.

§ 1º Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e seus respectivos suplentes terão mandato de 4 (quatro) anos e a eles não será atribuída qualquer remuneração.

§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo será eleito dentre seus membros, para um mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.

§ 3º A Diretoria Executiva será composta por 1 (um) Presidente e 2 (dois) Diretores, eleitos pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 4 (quatro) anos.

§ 4º Aos eleitos em 2008, para exercer primeiro mandato no biênio 2009/2010, não se aplica a vedação de recondução do § 2º deste artigo.

§ 5º O mandato de 4 (quatro) anos a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo não se aplica ao Presidente do Conselho Deliberativo eleito para o biênio 2009/2010, nem aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal indicados para o biênio 2009/2010." (NR)

Art. 12. Acrescente-se à [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), o seguinte art. 85-A:

" Art. 85-A. Caberá ao Poder Público Municipal designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades locais.

§ 1º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I – residir na área da comunidade em que atuar;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências."

Art. 13. Ficam revogados:

I – a partir da data de publicação desta Lei Complementar:

a) os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
b) o art. 78, os incisos I a XXI e XXIII a XXVII do § 1º do art. 17 e os incisos I a VII do § 5º do art. 18, bem como o § 4º do art. 29, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II – a partir de 1º de janeiro de 2009, o inciso IV do art. 17, os incisos I a III do § 1º do art. 26 e os seguintes dispositivos do art. 18, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

- a) os incisos VI a VIII, X, XI e XII do § 5º-B;
- b) os incisos II, III, IV e V do § 5º-C;
- c) o inciso VII do § 5º-D;
- d) o inciso VIII do § 5º-D; e
- e) o § 22 do art. 18.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, salvo em relação:

I – ao art. 1º, que produz efeitos desde 1º de julho de 2007;

II – aos arts. 3º a 5º e ao inciso II do caput do art. 13, os quais produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, com exceção dos dispositivos dos arts. 3º e 4º especificados no inciso III deste artigo;

III – aos §§ 1º a 3º do art. 4º, arts. 18-A a 18-C, § 4º do art. 25, art. 36-A e § 6º do art. 38 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os quais produzirão efeitos a partir de 1º de julho de 2009.

Brasília, 19 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Miguel Jorge

DECRETO Nº 5.288 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004.

Regulamenta a Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º, § 1º, 4º e 6º da Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º A operacionalização, a fiscalização e o monitoramento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, instituído pela [Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004](#), são regulados por este Decreto.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se como:

I - instituição financeira operadora:

a) as instituições financeiras de que trata o [art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de janeiro de 1990](#), que operem com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e

b) as instituições financeiras de que trata o [art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003](#), que operem com a parcela dos recursos de depósitos à vista;

II - instituição de microcrédito produtivo orientado:

a) cooperativas singulares de crédito;

b) agências de fomento;

c) sociedades de crédito ao microempreendedor; e

d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 3º Para efeito do disposto neste Decreto, consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).~~

Art. 3º Para efeito do disposto neste Decreto, consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas com renda bruta anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). ([Redação dada pelo Decreto nº 6.607, de 2008](#))

Art. 4º O Comitê Interministerial criado pelo art. 6º da Medida Provisória nº 226, de 2004, tem caráter consultivo e as seguintes atribuições:

I - subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO;

II - incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares;

III - acompanhar e avaliar a execução do PNMPO;

IV - receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e ao Conselho Monetário Nacional - CMN;

V - definir prioridades e condições técnicas e operacionais do PNMPO, observadas as diretrizes emanadas dos atos disciplinadores do Programa;

VI - instituir comissões consultivas para auxiliar no exercício das suas atribuições;

VII - propor medidas para o aperfeiçoamento do PNMPO e da política do Governo Federal para o microcrédito produtivo orientado;

VIII - dispor sobre o envio, recebimento, acesso, tratamento e divulgação de informações do PNMPO;

IX - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de irregularidades relativas à execução do PNMPO; e

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 5º O Comitê Interministerial do PNMPO será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes Ministérios:

I - dois do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - dois do Ministério da Fazenda; e

III - um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos Ministérios representados e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que indicará, dentre os membros deste Ministério, o Coordenador do Comitê.

§ 2º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

§ 3º Os membros do Comitê terão mandato de um ano, permitida uma recondução.

Art. 6º Ao Ministério do Trabalho e Emprego caberá prover apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê.

§ 1º Caberá aos Ministérios representados o custeio das despesas com deslocamento, alimentação e pousada de seus representantes.

§ 2º O Coordenador do Comitê poderá convidar outros representantes para participar das reuniões e atividades do PNMPO.

§ 3º As despesas com deslocamento, alimentação e pousada dos representantes de que trata o § 2º, quando na condição de colaborador eventual, poderão ser suportadas à conta dos recursos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 7º O CODEFAT e o CMN definirão as linhas de crédito a serem concedidas aos tomadores dos recursos, observando, no mínimo, as seguintes condições:

I - taxas de juros e demais taxas e encargos administrativos;

II - prazos dos empréstimos;

III - valores máximos de financiamento por cliente;

IV - montantes de recursos a serem disponibilizados para o PNMPO em cada ano; e

V - requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado.

Art. 8º Na realização das operações de crédito do PNMPO pelas instituições de microcrédito produtivo orientado com os tomadores finais, a exigência de garantias reais poderá ser substituída por, no mínimo, uma das seguintes alternativas:

I - aval solidário com a constituição de grupo solidário com, no mínimo, três participantes;

II - alienação fiduciária;

III - fiança; e

IV - outras garantias aceitas pelas instituições financeiras operadoras.

Art. 9º Para a realização das operações entre as instituições de microcrédito produtivo orientado e os tomadores finais do crédito do PNMPO, deverá constar dos instrumentos contratuais, no mínimo, as seguintes cláusulas:

I - as obrigações entre as partes, com a estrita observância das normas do PNMPO;

II - a taxa de juros a ser cobrada, bem como as demais taxas e encargos que incidam sobre o financiamento; e

III - a assunção de responsabilidade pelo tomador final dos recursos e cumprimento das normas do PNMPO.

Parágrafo único. As instituições de microcrédito produtivo orientado, por meio de seus agentes de crédito, atestarão o bom uso dos recursos emprestados ao tomador final e com eles serão solidários na responsabilidade pelo cumprimento das normas do PNMPO, ficando sujeitas as penalidades previstas na legislação ou determinadas por resoluções do CMN e CODEFAT.

Art. 10. As instituições de microcrédito produtivo orientado devem informar às instituições financeiras operadoras as operações de crédito realizadas no âmbito do PNMPO e apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos e os resultados obtidos, com periodicidade a ser fixada pelo CODEFAT e CMN.

Parágrafo único. As instituições de microcrédito produtivo orientado responsabilizam-se pelas informações prestadas para comprovação da aplicação dos recursos para os fins determinados pela [Lei nº 10.735, de 2003](#), submetendo-se às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis à espécie, em especial pelo crime de falsidade documental previsto no [art. 297 do Código Penal](#).

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2004; 183^º da Independência e 116^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Ricardo José Ribeiro Berzoini

DECRETO Nº 6.607, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008.

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO.

OPRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do [Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 3º](#) Para efeito do disposto neste Decreto, consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas com renda bruta anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Carlos Lupi
Patrus Ananias